

FACULDADE UNIDA DE VITÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS DAS RELIGIÕES

ANA LÚCIA NEVES DO NASCIMENTO

EDUCAÇÃO PARA A MORTE: DA AUSÊNCIA DA TEMATIZAÇÃO DA MORTE NO
CURRÍCULO DO CURSO DE FORMAÇÃO DE SOLDADOS DA POLÍCIA MILITAR DO
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Faculdade Unida de Vitória

ANA LÚCIA NEVES DO NASCIMENTO

Certificado pelo Programa de Pós-Graduação da Faculdade Unida de Vitória - 01/08/2019.



EDUCAÇÃO PARA A MORTE: DA AUSÊNCIA DA TEMATIZAÇÃO DA MORTE NO
CURRÍCULO DO CURSO DE FORMAÇÃO DE SOLDADOS DA POLÍCIA MILITAR DO
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Trabalho Final de
Mestrado Profissional
Para obtenção do grau de
Mestre em Ciências das Religiões
Faculdade Unida de Vitória
Programa de Pós-Graduação
Linha de pesquisa: Religião e Esfera Pública

Orientador: Dr. Abdruschin Schaeffer Rocha

VITÓRIA-ES
2019

Nascimento, Ana Lúcia Neves do

Educação para a morte: Da ausência da tematização da morte no currículo do curso de formação de soldados da Polícia Militar do Estado do Espírito Santo/ Ana Lúcia Neves do Nascimento. -- Vitória: UNIDA / Faculdade Unida de Vitória, 2019.

x, 77 f. ; 31 cm.

Orientadora: Abdruschin Schaeffer Rocha

Dissertação (mestrado) – UNIDA / Faculdade Unida de Vitória, 2019.

Referências bibliográficas: f. 74-77

1. Ciência da religião. 2. Religião e esfera pública. 3. Morte. 4. Morte e religião. 5. Polícia Militar. 6. Morte e sentido. 7. Educação e religião. - Tese.
I. Ana Lúcia Neves do Nascimento. II. Faculdade Unida de Vitória, 2019.
III. Título.

ANA LÚCIA NEVES DO NASCIMENTO

EDUCAÇÃO PARA A MORTE: DA AUSÊNCIA DA TEMATIZAÇÃO DA MORTE NO CURRÍCULO DO CURSO DE FORMAÇÃO DE SOLDADOS DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

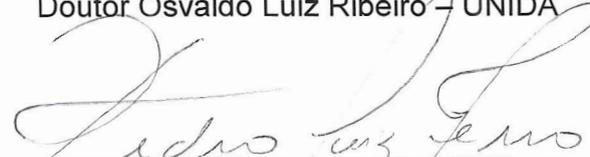
Dissertação para obtenção do grau de Mestre em Ciências das Religiões no Programa de Mestrado Profissional em Ciências das Religiões da Faculdade Unida de Vitória.



Doutor Abdruschin Schaeffer Rocha – UNIDA (presidente)



Doutor Osvaldo Luiz Ribeiro – UNIDA



Doutor Pedro Luiz Ferro – PMES



Dedico

Aos policiais militares, exemplos de
bravura e destemor...

Aos meus pais Antônio
(*in memoriam*) e Maria José, exemplos de
vida e força...

À minha filha Amanda Beatriz, meu
coração que bate fora do peito...

AGRADECIMENTOS

As palavras nunca irão refletir o verdadeiro sentimento de gratidão.

Foram tantos altos e baixos, momentos de reflexões, tantas perdas durante o caminho, que por um instante devido às peças que a vida nos prega, cheguei a pensar que me perderia de mim mesma. Guimarães Rosa na sua frase “Viver é muito perigoso” nunca esteve tão certo a respeito do ser humano e sua existência... A vida é um fio de navalha...

À tudo que é mais sagrado...

À instituição Polícia Militar do Espírito Santo, pelo acolhimento durante a pesquisa, e a todos que de certa forma contribuíram na disposição dos documentos utilizados.

Ao policial militar, guerreiro, que antes de vestir uma farda, entendo que ali existe um ser humano como qualquer outro com sentimentos, emoções, fraquezas e angústias.

Ao cunhado Ten. Cel. Anderson Loureiro Barboza (Dodô), pelos diálogos em torno do tema tratado... Sim, o policial merece ter espaço nas pesquisas acadêmicas...

Ao meu orientador Prof. Dr. Abdruschin Schaeffer Rocha, pelo caminho trilhado juntos, pelo cuidado e sabedoria nos apontamentos das orientações...

Ao Programa de Mestrado em Ciências das Religiões da Faculdade Unida de Vitória (FUV), lugar que me sinto em casa, ao diretor Prof. Dr. Wanderley P. Rosa, ao corpo docente e quadro de funcionários...

Aos qualificadores Prof. Dr. Valdir Stephanini e Prof. Dr. Osvaldo Luiz Ribeiro, pelo cuidado e tempo dispensado nas pontuações no intuito de melhorar esta pesquisa.

Ao Prof. Dr. Osvaldo Luiz Ribeiro, exemplo de vida, que ensina com sua humanidade e sensibilidade, que sempre valerá a pena, até o último instante...

Aos meus irmãos, sangue do meu sangue, esse elo se chama amor...

À minha cunhada Prof. Dra. Lucileide A. Lima Nascimento (Lulu), pela disponibilidade e apoio constantes no meu percurso acadêmico.

Ao meu pai Antônio “Furmigão” (*in memorian*), que durante essa caminhada se fez ausente, pai velho, a dor de sua perda é imensurável...

À minha mãe Maria José, mulher guerreira... “Méury Jouzy” meu tudo...

À minha amada filha Amanda Beatriz, companheira de lutas e de glórias, companheira de vida. Filha, o conhecimento é um tesouro, um patrimônio que ninguém nos tira...

Aos avaliadores dessa pesquisa, Prof. Dr. Pedro Luiz Ferro (PMES) e Prof. Dr. Osvaldo Luiz Ribeiro (FUV) toda minha gratidão.





“Deve-se aprender a viver por toda a vida e, por mais que te espantes, durante toda a vida se deve aprender a morrer” (Sêneca).

RESUMO

A pesquisa se preocupará com a “educação para morte”, especialmente considerada como componente curricular no Curso de Formação de Soldados da Polícia Militar do Espírito Santo (PMES). Por meio de pesquisa bibliográfica, interessa-se pelo modo como indivíduos que vivem em situação de risco — trabalhadores e servidores comprometidos com a segurança das pessoas no espaço público — lidam com a experiência da morte. Por meio de pesquisa documental, investiga em que medida a formação que é disponibilizada aos servidores da PMES, sobretudo aos soldados, os capacita e os prepara para lidar com a morte no desempenho cotidiano de sua função. Para tanto, inicialmente discute a problemática da morte e da finitude humana e suas implicações no contexto da Polícia Militar. Além disso, aborda a questão do sentido da vida, com destaque para a religião enquanto lugar privilegiado de produção de sentido. Considera, assim, as contribuições de Mircea Eliade para a compreensão da religião como fator indissociavelmente ligado à produção de sentido; a teoria de Luc Ferry quanto àquilo que considera como nova fonte de sentido no mundo contemporâneo; também as contribuições de Martin Heidegger, na compreensão do *ser-para-a-morte*. Finalmente, considerando o tema da morte, a pesquisa esboça uma análise do Curso de Formação de Soldados da PMES, a partir de sua matriz curricular.

Palavras-chave: Morte. Religião. Polícia militar. Sentido.



ABSTRACT

The research will be concerned with “education for death”, especially considered as a curricular component in the Training Course of Soldiers of the Military Police of Espírito Santo (PMES). Through bibliographic research, one is interested in the way individuals at risk - workers and servants committed to the safety of people in the public space - deal with the experience of death. Through documentary research, he investigates to what extent the training that is made available to PMES's servers, especially soldiers, empowers them and prepares them to deal with death in the daily performance of their function. To do so, initially discusses the problem of death and human finitude and its implications in the context of the Military Police. In addition, it addresses the issue of the meaning of life, with emphasis on religion as a privileged place of production of meaning. He thus considers the contributions of Mircea Eliade to the understanding of religion as a factor inextricably linked to the production of meaning; Luc Ferry's theory of what he sees as a new source of meaning in the contemporary world; also the contributions of Martin Heidegger, in the understanding of being-to-death. Finally, considering the theme of death, the research outlines an analysis of the PM-ES Soldiers Training Course, based on its curricular matrix.

Keywords: Death. Religion. Military police. Sense.



LISTA DE ABREVIATURAS

CFSd	Curso de Formação de Soldados
DEIP	Departamento de Ensino Instrução e Pesquisa
ES	Espírito Santo
PMES	Polícia Militar do Espírito Santo



SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	12
1 MORTE, FINITUDE E O CONTEXTO DA POLÍCIA MILITAR.....	16
1.1 Perspectivas da morte e o fim da vida: compreendendo a finitude	16
1.2 O problema da morte na perspectiva do policial militar	23
2 Religião e educação para a morte a partir do sentido da vida	32
2.1 A morte, a religião e o sentido da vida.....	32
2.2 A morte enquanto parte da existência.....	39
3 A Polícia Militar do Espírito Santo (PMES) e o processo de formação de soldados.....	45
3.1 Metodologia da pesquisa	45
3.2 A PMES e sua história.....	48
3.3 O curso de formação de soldados	50
CONCLUSÃO.....	70
REFERÊNCIAS	74
ANEXO	78

INTRODUÇÃO

A morte faz pensar na vida, e a vida é um ciclo: nascemos, vivemos e morremos. Trata-se de uma condição humana, apesar de todos os esforços da Tecnologia e da Ciência para transformar e ultrapassar os limites dessa condição. No curso da existência haverá perdas, doenças e a velhice que culminará na morte da pessoa. A questão do fim da vida atinge o lado sensível e profundo de todo ser humano e, na condição de mortais, indagamos o tempo todo pelo significado do existir, o porquê da morte e, caso exista vida após a morte, como deveríamos interpretá-la.

Atualmente, na cultura ocidental, a morte é praticamente considerada tabu e, mesmo sendo vista como uma intrusão na vida do ser humano, ela evoca a reflexão e a busca por uma solução para as angústias. Heidegger contribui para esse esclarecimento quando afirma que o homem é um *ser-para-a-morte*. Sua compreensão deixa claro que a morte poderá ser entendida na existência humana como parte de seu percurso. Toda morte é ímpar, extraordinária, incomparável. Nesse sentido, desde o início, o homem é apto a morrer, conforme anunciado por Heidegger.

Conquanto a morte seja uma realidade inevitável a qualquer pessoa, percebemos que se apresenta de forma mais concreta quando consideramos algumas profissões. É o caso de um policial. No entanto, vê-se pouca discussão voltada para essa temática no cotidiano dos profissionais militares. Essa constatação faz surgir alguns questionamentos: que tipo de formação os policiais militares têm que os possibilite lidar com a iminência da morte, sobretudo quando consideramos se tratar de um fato cotidiano? Quais as implicações dessa formação no dia-a-dia do policial, considerando sua vida pessoal e também profissional? Há, nessa formação, subsídios que cooperam para o enfrentamento da morte na prática diária da profissão e para a necessária resiliência ao longo da vida? E o que dizer da perspectiva dos próprios policiais militares?

Tal constatação e as questões que dela surgiram ensejaram a presente pesquisa, que se preocupará com uma educação para morte, a partir de uma análise desta enquanto componente curricular no Curso de Formação de Soldados da PM do Espírito Santo (PMES). Portanto, investigar-se-á, através de pesquisa bibliográfica, a perspectiva de autores quanto ao modo como lidam com a experiência da morte aqueles indivíduos que vivem em situação de risco, sobretudo, trabalhadores e servidores comprometidos com o dever de zelar pela segurança das pessoas no espaço público. Também por meio de pesquisa documental, investigar-se-á em que medida a formação disponibilizada aos servidores da PMES os

capacita e os prepara para lidar com a cotidiana possibilidade da morte. Ou seja, busca-se compreender em que medida essa formação propicia uma visão da abordagem utilizada, do nível de profundidade, da relevância e das estratégias de ensino adotadas no tratamento do conteúdo na matriz curricular e as consequências dessa abordagem no cotidiano de vida do policial.

Tal objetivo desdobra-se nas seguintes especificidades: apresentar a matriz curricular do Curso de Formação de Soldados da PMES; descrever em que medida a temática se vê contemplada na Matriz Curricular do Curso de Formação de Soldados da PMES; discutir as possibilidades de enfrentamento e superação dos problemas vivenciados no dia-a-dia, advindos da presença e impacto da morte na experiência do policial militar; sugerir uma proposta de conteúdo curricular sobre a temática no processo de Formação de Soldados da PMES.

A Metodologia privilegiará a pesquisa bibliográfica, no contexto da qual se levantará a literatura que tematiza a morte a partir de uma abordagem histórica, social e filosófica. Além disso, também se fará necessário uma pesquisa documental que será realizada por meio dos dados fornecidos pelo Curso de Formação de Soldados (CFSd) da PMES. Serão de particular importância os registros realizados pela Matriz Curricular do CFSd, bem como as ementas da mesma. A abordagem também se caracteriza como qualitativa, afinal, pode ser estabelecida como uma metodologia que forneça dados a partir das observações no estudo de pessoas, lugares e processos a partir dos quais o pesquisador procura estabelecer uma interação direta para que o mesmo possa compreender o fenômeno em questão.

Na busca por uma análise teórica da morte que nos permita compreender a pertinência e suficiência da Matriz Curricular do CFSd e seu alcance, faz-se necessário uma breve apresentação do estado da arte. Alguns autores serão solicitados a conferir fundamentação para a discussão que sustenta esta pesquisa. É o caso de Kübler-Ross, para quem a morte é parte integrante da existência, sendo essa a explicação para tamanha inquietação. Para ela, a morte é encarada como um fenômeno que evoca uma condição: a vida. Ou seja, sem a vida não há a morte. Kübler-Ross enfatiza que a falta de controle e o crescimento exacerbado das cidades sufoca o homem atual fazendo com que sua psiquê se proteja, tanto física quanto psicologicamente.

Enquanto Kreidlow expõe sua teoria sobre a morte, concentrando-se em um processo no interior do qual a vida, os acontecimentos e a própria morte são fatores que oportunizam a transformação que faz parte do cotidiano do indivíduo, Epicuro, por sua vez, transfigura a

morte como um processo que pode ser sofrido ou sereno, que se liga diretamente aos fatos circunstanciais, e que converte o ser vivo num ser morto, ocasionando o estado final.

A compreensão sobre a morte sofre uma metamorfose ao longo dos tempos. Na Idade Média, o funeral era encarado com suntuosas festividades de luto e períodos longos de honrarias ao túmulo do falecido. Com o passar do tempo, a morte se transformou e perdeu a sua amplidão como sustenta Luc Ferry ao declarar que não se pode numa dimensão cósmica creditar sua fé em Deus, porque modernos criaram espiritualidades, religiões, ideologias sem Deus, que tratam de um ateísmo radical tentando um ideal para dar sentido às suas existências humanas. Ferry afirma que mortalidade mais consciência é uma combinação que se apodera de todas as tensões filosóficas.

Birman destaca a ideia de que é o outro que irá morrer. O fato de o outro ser aquele que passará por esse fenômeno levanta a questão da angústia e do medo, pois o homem possui suas limitações acerca do tempo, como esclarece Torres, ao defrontar o tempo e a morte como uma limitação da vida.

A partir do século XIX, os pensamentos filosóficos, científicos e religiosos se apropriaram de reflexões no intuito de compreender os mistérios da humanidade. Schopenhauer traz à tona que a morte é um mistério, que dentre muitos sentimentos do ser humano, é o mais complexo e assustador, causando angústia, porque resulta na inexistência de um ser, e, portanto, é encarada como um mal maior.

Esse pensamento se fixou na mente do ser humano desde então, fazendo com que parte da humanidade encare a morte como um fantasma. Sobre a vida, o autor Oliva faz uma reflexão no contexto de uma sociedade, na qual o prazer dominante de existir, embora momentâneo, rouba o tempo necessário para se pensar a morte.

Oliveira e Pinto revelam que as alterações entre as sociedades constituem a consciência do morrer. Seu curso que se desenvolve socialmente tem conexão com a história, com a religião, com a política e com a cultura. Ao longo dessas vivências os sentidos vão se alterando.

Kastenbaum e Aisenberg conceituam dois parâmetros sobre a morte, ao teorizarem o que foi supracitado por outros teóricos. Afirma que em primeira instância existe a morte do outro, conectada ao abandono, e em segunda instância o julgamento da própria morte, que pelo desconhecido esquiva-se de refletir.

Por outro lado, Schopenhauer assevera que nossa morte deve ser olhada como um fenômeno deletável ao invés de pavoroso, perspectiva coerente com seu ceticismo com respeito ao sentido da vida enquanto algo que pressuponha um suporte *em-si*. Para ele, todo

sentido do mundo é representação e, portanto, reside no fenômeno. Nessa perspectiva, a morte também seria uma representação cujo sentido encontra-se tão somente no fenômeno.

Heidegger cita alguns conceitos básicos sobre a temática da existência do homem em seu íntimo junto aos seus entes e deveres diários, a partir do qual concebe a ideia de *Dasein*.¹ O Ser no mundo é primordial para o *Dasein*, que é o que o torna possível. Na medida em que o ser humano é o único para quem a pergunta a respeito do sentido do ser se coloca como uma questão, para Heidegger somente o ser humano morre, sendo esta uma experiência de sentido que acontece por sua condição de ser lançado no mundo. Embora na cultura ocidental a morte seja vista como tabu, na perspectiva heideggeriana o homem é, portanto, um *ser-para-a-morte*, ou seja, a morte pertence à vida de qualquer ser humano e é ímpar, inigualável, pois é peculiar a cada indivíduo. Aceitar, pois, a morte como um acontecimento natural nos transportaria a uma maturidade e compreensão da vida.

No que respeita aos policiais militares, e a reflexão sobre o risco que correm em suas atividades dotadas de ordem, força e disciplina, mediadas por condições árduas, alguns autores e fontes serão privilegiados: Muniz e Soares², Cerqueira³, Adorno⁴, Kahn⁵, Minayo, Souza & Constantino.⁶ Nesses autores foram tratados o risco epidemiológico e social.

Nesse sentido, a presente dissertação está assim organizada: no capítulo 1 discorre-se sobre a abordagem histórico-social da morte, no qual se realiza um levantamento histórico e teórico sobre o tema. Prioriza-se uma discussão da morte na perspectiva da finitude humana e na perspectiva da Polícia Militar. No capítulo 2, intenta-se uma abordagem da morte na perspectiva do sentido da vida, a partir das contribuições de Ferry, Eliade e Heidegger. Tal perspectiva evoca a possibilidade de uma educação para a morte. Finalmente, no capítulo 3, apresenta-se e analisa-se a Matriz Curricular e a ementa do CFSd da PMES.

¹ HEIDEGGER, M. *Ensaio e Conferências*. Trad. Emmanuel Carneiro Leão. Petrópolis: Vozes, 2001. Segundo este autor o *Dasein* é o ente que compreende o ser, não de uma maneira conceitual, nem abstrata, mas a partir da existência. Nesse sentido, a partir do momento que ele se compreende, compreende o ser. Somente ele pode compreender-se em sua existência, nas suas possibilidades de ser ou não si-mesmo.

² MUNIZ, J. & SOARES, B. M. *Mapeamento da Vitimização de Policiais no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Iser, Unesco, Ministério da Justiça, 1998. (Relatório de Pesquisa).

³ CERQUEIRA, C. M. N. *Discursos Sediciosos: crime, direito, sociedade*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1996. p. 62.

⁴ ADORNO, S. Monopólio estatal da violência e na sociedade brasileira contemporânea. In: ADORNO, S. & PERALVA, A. Nota de apresentação. *Tempo Social - Revista de Sociologia da USP*, v. 9, n. 1, p. 1-4, 1997. p. 189.

⁵ KAHN, T. Índices de criminalidade: construção e uso na área de segurança pública. *Revista Ilanud*, 2:21-28, 1997. p. 89.

⁶ MINAYO, M. C. S.; SOUZA, E. R. & CONSTANTINO, P. Riscos percebidos e vitimização de policiais civis e militares na (in) segurança pública. *Cadernos de Saúde Pública*, v.23, n.11, p. 2.767- 2.779, nov. 2007. Disponível em: <<https://tinyurl.com/y53kewdz>>. Acesso em: 20 abr. 2019.

1 MORTE, FINITUDE E O CONTEXTO DA POLÍCIA MILITAR

“Existirmos: a que será que se destina?”
(Caetano Veloso em *Cajuína*).

Neste capítulo espera-se contribuir para o processo de compreensão da morte e do morrer, a partir de uma perspectiva histórica e social. Busca-se compreender tal experiência através da comutação dos sentimentos frequentes à curiosidade, incerteza, temor e falta de segurança baseada na conveniência por não enfrentar o fato, mas deixá-lo fundamentado no agravo da limitação da perda. Essa contextualização histórica e social da morte oferecerá subsídios para reflexão dos assuntos concernentes contribuindo, assim, para pesquisas posteriores.

1.1 Perspectivas da morte e o fim da vida: compreendendo a finitude

A morte se constitui num dos principais estresses da vida.⁷ No entanto, há uma questão intrigante que resulta daí: o que é o morrer? Quando se morre? “Que momento está isento da morte?”⁸ Morrer deveria ser considerado um fato natural. Desde que se nasce, se morre, e não se pode parar o tempo. Portanto, é difícil estabelecer o momento preciso da morte, pois ela não é um fato que acontece instantaneamente, na verdade, “a morte é uma mudança completa no status de uma entidade viva, caracterizado por uma perda irreversível das características que são essencialmente significantes para esta”.⁹ Ela se constitui numa sequência de fenômenos que são processados gradualmente nos sistemas vitais.

Quanto maior o conhecimento e aceitação da morte cotidiana, maior a preparação para o momento de perdas de tudo que nutre a existência, tais como bagagem intelectual, relações afetivas e até o corpo físico propriamente dito. Esse quadro nos revela a grandeza e dimensão da vida e da morte para o ser humano, em que “a equação mortalidade + consciência de ser mortal é um coquetel que carrega em germe a fonte de todas as interrogações filosóficas”.¹⁰

⁷ VIORST, J. *Perdas necessárias* Trad. de Aulyde Soares Rodrigues. 4. ed. São Paulo: Melhoramentos, 2005. p. 258.

⁸ SÊNECA. *Edificar-se para a morte: das cartas morais à Lucílio*. Petrópolis. RJ: Vozes, 2016, Epístola 30, p. 51.

⁹ SANTOS, F. Conceitos de morte. In: SANTOS, F. S; INCONTRI, D. (Org.). *A arte de morrer: visões plurais*. São Paulo: Ed. Comenius, 2009. v.1, p. 88-95.

¹⁰ FERRY, L. *Aprender a viver: filosofia para os novos tempos*. 2. ed. Rio de Janeiro: Objetiva, 2010. p. 26.

Entretanto, percebe-se uma tendência em afastar ao máximo a ideia da morte, considerando que ela é uma realidade que se vincula ao outro, afinal, afere-se a morte sempre a partir da experiência do outro. Talvez o máximo que se experimenta da morte pessoalmente são as experiências de quase morte, que acabam por redefinir a perspectiva da vida, na maioria dos casos. Portanto hoje, o ser humano contemporâneo contempla uma vida globalizada, automatizada, onde se torna difícil a realização de suas quimeras e desejos, pois estes estão inseridos na angústia que esta mesma vida lhes proporciona.¹¹ E é por isso que o ser humano se relaciona com duas concepções em relação à morte: a morte do outro, da qual todos nós temos consciência, mesmo relacionada ao medo do abandono, e a concepção da própria morte, a consciência da finitude, que evitamos pensar, pois, para isto, temos que enfrentar o desconhecido, ou seja, aquilo que não nos é familiar.¹²

Somos lançados então, à questão da angústia e do medo em relação à morte. Uma das limitações básicas do homem é a limitação do seu próprio tempo, afinal, “o tempo gera angústia, pois do ponto de vista temporal, o grande limitador chama-se morte. A angústia nos revela que a morte e o nada se opõem à tendência mais profunda e mais inevitável do nosso ser”.¹³

Tem-se a consciência de que a existência marcha a passos largos em direção da completude final. Shopenhauer, por exemplo — que está imbuído de uma perspectiva que assenta as bases do niilismo nietzschiano —, afirma que “devemos encarar a morte como um acontecimento desejado e agradável, em vez de, como ocorre na maioria das vezes, sentirmos medo e pavor”.¹⁴ É claro que, para ele, a vida não goza de um sentido *em-si*, devendo todo sentido ser interpretado como representação do sujeito (fenômeno). Se não há, portanto, sentido na vida, tampouco na morte. De qualquer forma, a morte sempre estará ao lado, e ela pode ser um lugar a partir do qual é possível se pensar na vida. Desta forma, melhor que se saiba lidar com ela, pois aquele que receia a morte, se inquieta com a vida de forma a vivê-la plenamente, conseqüentemente amedronta-se com a morte. O ser humano é o único animal que tem consciência da sua mortalidade.¹⁵ Mas, é preciso abandonar a tirania do capitalismo social que oprime as pessoas, obrigando-as a se tornar ou a se manter, enquanto exigência

¹¹ BIRMAN, J. *O Sujeito na contemporaneidade: espaço, dor e desalento na atualidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012. p. 51.

¹² KASTENBAUM, R.; AISENBERG, R. *Psicologia da morte*. São Paulo: Ed. da USP, 1983. p. 47.

¹³ TORRES, W. C. *A Bioética e a psicologia da saúde: reflexões sobre questões de vida e morte*. *Psicol. Reflex. Crit.*, Porto Alegre, v.16, n. 3, 2003. Disponível em: <<https://tinyurl.com/yxm27gag>>. Acesso em: 21 ago. 2017.

¹⁴ SCHOPENHAUER, A. *Sobre a morte: pensamentos e conclusões sobre as últimas coisas*. Organização de Ernst Ziegler. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2013. p. 55.

¹⁵ KOVÁCS, M. J. Desenvolvimento da Tanatologia: estudos sobre a morte e o morrer. *Paidéia*, v.18, n.1, p. 457- 468, 2008. Disponível em: <<https://tinyurl.com/y269jnvf>>. Acesso em: 4 set. 2018.

identitária. A preocupação com uma identidade que se construa a partir dessas prerrogativas de acúmulo, anestesia as pessoas das reais implicações de se viver como alguém que experimentará a morte. Portanto, “preocupados com um futuro melhor, esquecemos que a única vida que vale ser vivida, a única que, simplesmente, seja, é esta que se desenvolve às nossas vistas, aqui e agora”.¹⁶ Ou seja, o prazer temporário domina todo sentimento de viver e de existir. Na medida em que a vida é inundada pela busca da eterna jovialidade, quase não se encontra espaço para uma reflexão sobre a morte. O ser humano deve compreender a sua condição de ser finito, dando um grande passo para fazer a existência valer a pena.¹⁷

Tal descaso também pode se fazer sentir num contexto tecnológico, no qual se busca, cada vez mais, a eternidade, numa tentativa desesperada por ultrapassar os limites que configuram nossa finitude. Segundo os mais otimistas, já habitamos um mundo pós-humano, no qual espera-se um hibridismo cada vez maior entre humano e máquina. A biotecnologia que daí resulta anuncia que rumamos para um futuro no qual se espera que todas (ou pelo menos a maioria) as limitações humanas sejam sanadas, incluindo a morte.¹⁸

Mesmo que se esteja diante do irremediável, da evidência de que uma hora a vida cessará e, portanto, “Nenhum indivíduo é apropriado a continuar sua existência para sempre: ele desaparece na morte”¹⁹, contudo, a morte é desaparecimento²⁰ que gera certa urgência em questões não respondidas. A morte não é assunto de cadáveres, mas assunto de seres vivos, que por agora são meros aspirantes à condição de cadáver.

A experiência de nascer e morrer constituem dois períodos marcantes na vida de um ser humano, sendo a morte o único evento da existência onde se tem a certeza cabal de que todos irão partir. Nessa perspectiva, a morte “não é apenas a destruição de um estado físico e biológico. Ela é também a de um ser em relação, de um ser que interage”.²¹ Kübler-Ross afirma que a morte é parte integral da existência, razão pela qual esse tema leva a uma intensa apreensão.²² Morrer é mais do que um evento; trata-se do processo que conduz à morte, mas, que, no entanto, ocorre em vida. Nesse sentido, constata-se que ao se receber a vida, sabe-se que se tem a morte por condição,²³ o que significa que os seres humanos sempre conviverão com a perplexidade diante de sua inevitabilidade. Kreidlow confirma que “o que fica claro,

¹⁶ FERRY, L. *O homem-Deus, ou o sentido da vida*. 2. ed. Rio de Janeiro: DIFEL, 2007. p. 24.

¹⁷ OLIVA, L. C. *A existência e a morte*. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2012. p. 54.

¹⁸ Para maiores informações sobre o chamado Pós-humanismo, ver ROCHA, A. S. Provocações pós-humanistas à Teologia cristã. *Perspectiva Teológica*, Belo Horizonte, v. 50, n. 3, p. 453-472, Set./Dez. 2018.

¹⁹ SCHOPENHAUER, 2013, p. 32.

²⁰ RODRIGUES, J. C. *Tabu da morte*. Rio de Janeiro: Achiamé, 1983. p. 42.

²¹ RODRIGUES, 1983, p. 21.

²² KUBLER-ROSS, E. *Morte: estágio final da evolução*. Rio de Janeiro: Record, 1996. p. 29.

²³ OLIVA, 2012, p. 22.

em toda a discussão sobre a morte, é que se torna difícil declarar que existe um momento próprio dela. A morte é, antes disso, um processo,”²⁴ em que a vida, a doença e a própria morte são fatores de transformação que fazem parte do cotidiano do indivíduo.

Schumacher, ao expor a visão de Epicuro²⁵, também demonstra esse caráter processual da morte:

morrer é um processo — mais ou menos longo, tranquilo ou doloroso dependendo das circunstâncias — que acontece independentemente da duração da vida, nos últimos momentos de uma existência pessoal e que leva normalmente, mas não necessariamente, ao falecimento — ‘acontecimento’ que transforma o ser vivo num cadáver e que resulta no estado de morte.²⁶

O modo como se compreende a morte vem se transformando ao longo dos tempos. Foi na Idade Média que se viu um forte momento de crise social, marcando, assim, uma mudança radical na maneira de o ser humano perceber e enxergar a morte. Nesse contexto, ela foi interpretada como um evento comunitário, sentido por toda comunidade, chamada de “morte domada”, numa época marcada pela reverência ao falecido. Os mortos possuíam um funeral com longas festividades religiosas, fidelidade ao período do luto e visitas ao cemitério.²⁷

Nesse mesmo período, a religiosidade teve uma sólida interferência na sociedade, na medida em que a espiritualidade se tornou de suma importância, de modo que a igreja incitava os religiosos a se contentarem com o final de suas vidas. Os indivíduos eram preparados a aceitar a morte como um fado dos deuses, e os doentes aguardavam apaticamente a sua passagem para uma outra vida, na medida em que confiavam na imortalidade. No entanto, com o avanço do tempo, a morte perdeu sua grandeza:

não podendo sustentar-se numa ordem cósmica, não podendo mais acreditar em Deus, os Modernos inventaram religiões de substituição, espiritualidades sem Deus ou, para ser direto, ideologias que, professando com frequência um ateísmo radical, agarram-se, apesar de tudo, a ideais capazes de dar um sentido à existência humana, ou de justificar que se morra por eles.²⁸

²⁴ KREIDLOW, D. *A morte somente pertence a Deus?* Uma análise ético-teológica sobre a eutanásia. In: NOÉ, S. V. (Org.). *Espiritualidade: da cura d'alma ao cuidado integral*. 2. ed. São Leopoldo: Sinodal/EST, 2005. p. 109-121.

²⁵ EPICURO, filósofo da Grécia Antiga, que viveu entre 341 a.C. a 271 a.C.). Epicuro foi o fundador do chamado “Epicurismo”, um sistema filosófico calcado sobre o pressuposto de que o prazer deve ser obtido por meio da prática da virtude, vista como o único bem superior do ser humano. Disponível em: <<https://tinyurl.com/y6y5m65s>>. Acesso em: 21 ago. 2017.

²⁶ SCHUMACHER, N. B. *Confrontos com a morte: a filosofia contemporânea e a questão da morte*. Trad. Lúcia Pereira de Souza. São Paulo, SP: Edições Loyola, 2009. p. 30.

²⁷ ARIÈS, P. A Morte domada. In: ARIÈS, Philipe. *O homem perante a morte*. 2. ed. Porto: Publicações Europa-América, 2000. p. 13-40. (Coleção Biblioteca Universitária).

²⁸ FERRY, 2010, p. 133.

De acordo com Birman, “o século XIX e parte do século XX foram marcados por revoluções que transformaram radicalmente a paisagem do mundo. Nada mais foi igual como era antes”²⁹, e para tentar explicar e compreender os mistérios, a humanidade vem buscando respostas e utilizando-se de conhecimentos os mais variados possíveis, sejam filosóficos, científicos e até mesmo religiosos. Por mais que se pense e se investigue, o ser humano sabe, no seu íntimo, que estes conhecimentos pouco o ajudam frente à incomensurabilidade daquilo que não se sabe. Schopenhauer elucida que de todos os mistérios, a morte talvez seja o mais aterrorizante, porque resulta no desaparecimento do ser; a morte constitui-se no maior dos males, na pior das ameaças, dentre todos os medos.³⁰ Nesse sentido, “quanto mais compreendemos a morte, menos estaremos sujeitos ao medo e ao incômodo causados por seu fantasma”.³¹

Para Kübler-Ross são cada vez mais fortes e velozes as mudanças sociais, expressas pelos progressos tecnológicos,³² constatando-se que o homem se preocupa menos com os problemas da sua comunidade devido ao seu individualismo. Possivelmente se percebe o impacto dessas mudanças no modo como o ser humano lida hoje em dia com a morte. Não é surpresa, que diante de tanto descontrole sobre sua vida, e da instabilidade do crescimento acelerado das cidades, o ser humano contemporâneo tente se defender psiquicamente de forma cada vez mais intensa contra a morte, diminuindo a cada dia sua capacidade de defesa física.³³

Culturalmente possuímos uma herança que define a visão que temos da morte nos dias atuais. O que muda entre as sociedades “é a consciência da morte, é essa consciência que se transforma no curso do desenvolvimento social”³⁴ a partir do qual se verifica que a morte se relaciona com a história, com os cenários cultural, religioso e político de uma sociedade, possuindo significados diversos, de acordo com a experiência humana de cada época.

É digno de nota os modos como muitas tradições religiosas encaram a morte. Alguns exemplos incluem os malaios, que viviam num sistema comunitário e apreciavam a morte de um membro da comunidade como a perda do próprio grupo,³⁵ experiência a partir da qual os sobreviventes eram levados a um trabalho de lamentação coletiva. Através de sua mitologia, o

²⁹ BIRMAN, 2012, p. 47.

³⁰ SCHOPENHAUER, 2013, p. 6.

³¹ OLIVA, 2012, p. 11.

³² KUBLER-ROSS, E. *Sobre a morte e o morrer*. São Paulo: Martins Fontes, 1981. p. 84.

³³ KUBLER-ROSS, 1981, p. 86.

³⁴ OLIVEIRA, C. B.; PINTO, R. N. Envelhecimento, exclusão e morte: resenha do livro *A solidão dos moribundos* de Norbert Elias. *Revista da Universidade Federal de Goiás*, Goiás, ano 5, v. 2, p. 40- 41, 2003.

³⁵ KASTENBAUM, R.; AISENBERG, R. *Psicologia da morte*. São Paulo: Ed. da USP, 1983. p. 47.

Budismo busca afirmar a inevitabilidade da morte. A morte é encarada como válvula de escape para o controle demográfico na mitologia Hindu, sendo assim explicada: quando a “Mãe-Terra” torna-se sobrecarregada de pessoas vivas, ela invoca o deus Brahma que envia então, a “mulher de vermelho” (na mitologia ocidental representa a morte) para levar pessoas, atenuando assim, os recursos naturais e o peso populacional da “Mãe-Terra”.³⁶

A morte evoca uma ideia de continuidade, não sendo considerada como um fim em si mesma. No entanto, os antigos de Constantinopla, apesar da familiaridade com a morte, mantinham seus cemitérios à distância das cidades e vilas. As honrarias e cultos que prestavam aos mortos tinham como principal objetivo mantê-los afastados, de modo que não “retornassem” para incomodar os vivos.³⁷ Por outro lado, o ser humano contemporâneo tenta afastar das suas experiências cotidianas a presença da morte, pois a angústia do fim o amedronta, indo na contramão de todo avanço a favor da civilização, pois “no homem, o surgimento da razão trouxe necessariamente consigo a assustadora certeza da morte”.³⁸ Entretanto, de uma forma ou de outra, como continuidade ou ruptura, sendo a morte inerente a todos, não há uma cultura sequer que não tenha consciência da finitude humana.

De fato, a morte se correlacionou com a vida em vários momentos históricos. Em alguns momentos, as pessoas podiam escolher onde iriam morrer, já que se desejava morrer lentamente, perto dos familiares e em seu lugar de origem, deixando mensagens à sua descendência. O moribundo contava com a oportunidade de se despedir dos entes queridos, podendo ouvir-se as últimas vontades do morto. Com o tempo, deu-se lugar a um crescente desaparecimento da dignidade ao morrer e “já vão longe os dias em que era permitido a um homem morrer em paz e dignamente em seu próprio lar”.³⁹ A obra *Morte e Vida* de Gustav Klimt, representa tal angústia.

³⁶ KASTENBAUM, 1983, p. 47.

³⁷ KASTENBAUM, 1983, p. 47.

³⁸ SCHOPENHAUER, 2013, p. 13.

³⁹ KUBLER-ROSS, 1981, p. 86.

Figura 1: *Morte e Vida*.⁴⁰

Faculdade Unida de Vitória

Destarte, nos dias atuais, não é difícil se ouvir que é preferível uma morte rápida que o longo e penoso sofrimento provocado por uma enfermidade, “daí o prolongamento da vida a qualquer custo, mesmo sendo uma vida apenas mecânica e vegetativa”⁴¹ como atualmente se constata com frequência nos hospitais. A morte se tornou de um evento público a um evento particular, quase que sigiloso, pois tem de ser abolido⁴² como se nada estivesse ocorrendo naquele instante. Praticamente esconde-se o cadáver, tal a rapidez e brevidade que é tratado o evento. Nesse sentido, percebe-se que a morte foi inviabilizada da sociedade contemporânea ocidental.

Constata-se ao longo do tempo que no ocidente houve um crescente quase repúdio acompanhado de temor e ansiedade no que diz respeito à temática da finitude. O homem

⁴⁰ KLIMT, G. *Morte e Vida*, 1911, óleo sobre tela. Disponível em: <<https://tinyurl.com/y3agd8pu>>. Acesso em: 19 maio 2019. Obra do pintor simbolista austríaco Gustav Klimt. A pintura transmite uma nota de esperança e reconciliação, em vez de se sentir ameaçado pela figura da morte. A imaginação do artista já não se concentra na união física, mas sim na expectativa que a precede. Talvez esta recém descoberta serenidade tenha origem na própria consciência do seu envelhecimento e da proximidade com a morte. Mas antes que chegasse esse momento, ele escolheu representar apenas momentos de intenso prazer, beleza e juventude milagrosas.

⁴¹ MONTEIRO, R. D. M. (Org.). *Espiritualidade e finitude: aspectos psicológicos*. São Paulo: Paulus, 2006. p. 47.

⁴² BIRMAN, 2012, p. 50.

ocidental pouco a pouco praticamente banuiu a morte de sua rotina, ela desapareceu da comunicação cotidiana. Observa-se uma forte tendência da sociedade de suprimir tudo que a lembre.⁴³ Quando a ciência declara a morte como fim acabado, soberano, incondicional, “assemelha-se não findar a angústia comum sobre a morte, onde diversos recursos são utilizados para fuga da miséria circulante”.⁴⁴

Um olhar que aquiesça à finitude não é demonstração de fraqueza ou abatimento, mas sim de uma habilidade de desapego diante de sua indiscutível presença na existência do ser. Embora com certo tom de pessimismo, é digna de nota a afirmação de Schopenhauer: “Certamente, a morte deve ser vista como o verdadeiro objetivo da vida: no momento em que ela se dá, é decidido tudo aquilo que fora apenas preparado e introduzido ao longo de todo o curso da vida”.⁴⁵ É como se esse mistério em torno da morte, essa dúvida que coloca os seres frágeis diante do desconhecido, esse vazio sentenciasse a todos à mera aceitação dessa condição:

Ora, é exatamente isso o que, num momento ou noutro, atormenta esse infeliz ser finito que é o homem, já que apenas ele tem consciência de que o tempo lhe é contado, que o irreparável não é uma ilusão, e que é preciso que ele reflita bem sobre o que deve fazer de sua curta vida.⁴⁶

Epicuro já declarava que a morte não é nada para o ser humano, e que “para que um mal atinja um indivíduo, é preciso que este também esteja vivo na hora em que o mal acontecer”,⁴⁷ ou seja, um sujeito inexistente não pode ser privado de sua vida.

1.2 O problema da morte na perspectiva do policial militar

O risco pode ser visto como uma ocorrência ao mesmo tempo subjetiva e objetiva que acompanha a profissão militar. Sendo esta uma atividade dotada de ordem, disciplina e força, a imagem criada é configurada às representatividades que a mesma dispensa, ou seja, uma atividade corporativa para a ordem, mediada ao elemento intrínseco “risco” que as condições do trabalho do policial a impõem.

Levantamentos bibliográficos foram feitos sobre a profissão de risco dos policiais, dentre os quais cita-se: Muniz e Soares⁴⁸, Cerqueira⁴⁹, Adorno e Peralva⁵⁰, Kahn⁵¹, Minayo,

⁴³ SCHUMACHER, 2009, p. 15.

⁴⁴ BIRMAN, 2012, p. 50.

⁴⁵ SCHOPENHAUER, 2013, p. 63.

⁴⁶ FERRY, 2010, p. 18.

⁴⁷ SCHUMACHER, 2009, p. 163.

Souza & Constantino.⁵² O ponto em comum entre eles realça o risco visto em duas vertentes. O primeiro é o epidemiológico, que está associado a “ocorrência de lesões, traumas e mortes e oferece parâmetros aos policiais quanto à magnitude dos perigos e os períodos e locais de maior incidência de tais eventos”.⁵³ O segundo é tratado como o risco social que condiz à escolha da profissão, sua categoria pertencente ao posicionamento de confronto e intrepidez.⁵⁴

Entretanto, o risco, analisando-o em uma concepção de ameaça ou opção, compõe a estrutura de sustentação dos parâmetros do trabalho de um policial, posto que sua vida está às mostras e seus espíritos não repousam.⁵⁵ Após uma análise e reflexão sobre as profissões de risco, Muniz esclarece que os acidentes de trabalho são provenientes dos afazeres diários, podendo advir de descuidos técnicos.⁵⁶ Mas em se tratando da polícia, os acidentes são relacionados ao manejo com objetos e ações ligadas à comunidade. Esse pensamento representa a classe de trabalhadores que se expõem para a proteção da ordem e do bem comum. A Polícia Militar, segundo Bobbio, caracteriza-se como:

Função do Estado que se concretiza numa instituição de administração positiva e visa pôr em ação as limitações que a lei impõe à liberdade dos indivíduos e dos grupos para salvaguardar a manutenção da ordem pública, em suas várias manifestações: da segurança das pessoas à segurança da propriedade, da tranquilidade dos agregados humanos à proteção de qualquer outro bem tutelado com disposições penais.⁵⁷

Busca-se um padrão de polícia que associe competência com obediência às leis que protegem o indivíduo e seus direitos, o direito à segurança principalmente,⁵⁸ desenvolvendo o papel de mantenedora da ordem, salvaguardando o Estado, a propriedade e a sociedade em si.

Por possuírem a tarefa de assegurar a ordem, os policiais são sucumbidos a pressões da sociedade em relação à função que exercem na instituição, tornando-se assim alvos daqueles que objetivam a perfeição dos mesmos, no cumprimento de suas atribuições, haja

⁴⁸ MUNIZ; SOARES, 1998.

⁴⁹ CERQUEIRA, C. M. N. *Discursos Sediciosos: crime, direito, sociedade*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1996. p. 62.

⁵⁰ ADORNO, 1997, p. 189.

⁵¹ KAHN, 1997, p. 89.

⁵² MINAYO; SOUZA; CONSTANTINO, 2007, p. 2767.

⁵³ MINAYO; SOUZA; CONSTANTINO, 2007, p. 2770.

⁵⁴ MINAYO; SOUZA; CONSTANTINO, 2007, p. 2778.

⁵⁵ GOMES, R. et al. Organização, processamento, análise e interpretação de dados: o desafio da triangulação. In: MINAYO, M. C. S.; ASSIS, S. G. & SOUZA, E. R. (Org.) *Avaliação por triangulação de métodos: abordagem de programas sociais*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2005. p. 167.

⁵⁶ MUNIZ, J. *Ser policial é ser sobretudo uma razão de ser: cultura e cotidiano da Polícia Militar do Rio de Janeiro*. 1999. Tese (Doutorado) - Instituto Universitário de Pesquisa, Universidade Cândido Mendes, Rio de Janeiro. p. 43.

⁵⁷ BOBBIO, N. *Dicionário de política*. 5. ed. Brasília: Ed. da Universidade de Brasília: São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2000. p. 944.

⁵⁸ ADORNO, 1997, p. 189.

vista que as cumpririam mais que a qualquer outro dever, dando bons exemplos em todos os setores da atuação.⁵⁹ Entretanto, quanto ao policial militar, como se reportar a um indivíduo sem a análise de suas ações e feitos, sem censurar, sem referir-se ao peso que a própria profissão o confere? Certamente esquece-se que por detrás de toda farda, vive um ser humano que tem que lidar com suas expectativas, seus fracassos, medos, aflições e desesperos inerentes à própria profissão. Existem pais e mães de família, seres humanos, que mesmo que devam passar uma imagem de fortes, heróis da sociedade, e serem obrigados a enfrentar o risco de morte de frente, são também aqueles que necessitam de amparo em momentos difíceis, pois diante das contrariedades, tragédias e tribulações, os policiais também clamam e bradam diante das injustiças:

Não nos cabe julgar se são heróis, vilões ou vítimas. Mas considerá-los como trabalhadores situados em uma organização do trabalho que produz relações particulares, relações estas que engendram várias maneiras de estar nesse cotidiano laboral, diversos lugares a serem ocupados. [...] a Instituição Policial possui um lugar social ainda em construção e, especialmente por isto, o trabalho a ela vinculado conforma-se mediante uma série de singularidades que o diferenciam de forma enfática das demais categorias profissionais.⁶⁰

Quando a morte marca o cotidiano do policial militar, seja a própria ou a do próximo, não se questiona se está fardado ou não. Simplesmente anuncia-se a condição de finitude da humanidade. Além da finitude compartilhada com todos os seres humanos, deve-se considerar a complexidade do trabalho de um policial, na medida em que não se pode negligenciar o fato de tratar-se de uma função penosa que demanda muito de sua vida no trato com os diversos problemas humanos:

O papel da polícia é tratar de todos os tipos de problemas humanos quando sua solução necessite ou possa necessitar do emprego da força – e na medida em que isso ocorra – no lugar e no momento em que tais problemas surgem. É isso que dá homogeneidade a atividades variadas quanto conduzir o prefeito ao aeroporto, prender um bandido, retirar um bêbado de um bar, conter uma multidão, cuidar de crianças perdidas, administrar primeiros socorros e separar brigas de casal.⁶¹

Ainda que se tenha criado em torno do policial militar um clichê, a partir do qual deve ele ou ela apresentar-se à sociedade como uma figura invencível, livre de qualquer pesar,

⁵⁹ CATHALA, F. *Polícia, mito e realidade*. Trad. João Milanez de Cunha Lima. São Paulo: Ed. Mestre Jou, 1975. p. 43.

⁶⁰ MOREIRA, F. H. et al. De elemento à cidadão: transformações no cotidiano do trabalho do policial militar. *Cadernos de Psicologia Social do Trabalho*, v. 2, n. 1, p. 25-38, 1999. Disponível em: <<https://tinyurl.com/y513fuo7>>. Acesso em: 27 mar. 2018.

⁶¹ MONJARDET, D. *O que faz a polícia: Sociologia da Força Pública*. São Paulo: Ed. EDUSP: Núcleo de Estudos da Violência da Universidade de São Paulo: Fundação Ford, 2003. (Polícia e Sociedade). Disponível em: <<https://tinyurl.com/y3o4b7cc>>. Acesso em: 28 mar. 2018.

no que respeita à morte deve-se situá-lo lá onde todos compartilham da mesma humanidade e, portanto, dos mesmos limites. Essa figura quase “inumana”, resultante de uma certa projeção social, faz com que a verdadeira face de um policial não seja reconhecida pela sociedade. Isso também se evidencia na falta de conhecimento que se tem da corporação Polícia Militar, que se percebe tratar de uma instituição mal conhecida, tanto pelo caráter técnico de sua função como quando se analisa os problemas e possíveis resoluções que os policiais encontram diante das tarefas incumbidas.⁶² O Policial Militar exerce sua função numa realidade brasileira onde a violência, a morte e o morrer se faz presente o tempo todo, circunstância essa que os obriga a lidarem frequentemente com o conflito que daí emerge. Portanto, como se vê, o trabalho policial é tanto alvo de críticas quanto pouco reconhecido.⁶³ No que concerne às críticas vindas da sociedade, a maior se relaciona com respeito ao comportamento violento do policial, que tem por inerente à sua função a força, o rigor e a agressividade, afinal, “ele deve ter condições de se impor como representante da autoridade do Estado, usando a força física necessária para superar eventuais resistências encontradas”.⁶⁴

O policial exerce uma função em que têm que se dedicar praticamente 24 horas à sua profissão. Constituem-se ossos do ofício o manter a segurança pública mesmo estando sem sua farda, pois o policial é pressionado a incorporar a instituição Polícia Militar o tempo todo.⁶⁵ Faz parte de sua descrição de tarefas responder a um chamado, não importando onde esteja, nem em qual momento seja, o que o situa frequentemente em situações de vulnerabilidade.

em virtude dos profissionais se sentirem policiais 24 horas por dia, não conseguindo desvincular-se do trabalho, eles comportam grande carga de sofrimento mental, visto que eles carregam consigo, durante todo o tempo, as preocupações, angústias e medos provenientes do trabalho. [Soma-se a isso] o medo de ser reconhecido por pessoas presas por eles e sofrerem retaliações. [As exigências fazem] com que eles inevitavelmente passem por momentos em que se sintam impotentes e deprimidos, relacionando isso com problemas de saúde como o estresse, a hipertensão e as cardiopatias que alguns deles apresentam.⁶⁶

Evidentemente o policial sofre, pois também é vítima da violência que o cerca, já que seu trabalho o obriga a estar sempre vigilante. Ele também tem medo de ser abatido quando

⁶² CATHALA, 1975, p. 43.

⁶³ ALEGRETTI, R. *Estudo dos efeitos de programa de apoio na agressividade reacional de policiais envolvidos em ocorrências graves*. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Psicologia e Fonoaudiologia, Universidade Metodista de São Paulo, São Bernardo do Campo, 2006. Disponível em: <<https://tinyurl.com/y6o4n6nj>>. Acesso em: 25 mar. 2018.

⁶⁴ ALEGRETTI, 2006, p. 63.

⁶⁵ MOREIRA et al., 1999, p. 29.

⁶⁶ MOREIRA, C. N.; CORRÊA, M. V. *Manual de prática policial*. Belo Horizonte, 2001. p. 15.

enfrenta situações de risco: por vezes mata, mas por vezes ele também morre. Esses fatores de risco podem desencadear emoções como esgotamento e frustração, acarretando problemas físicos e psicológicos, gerando grande desgaste por se ver de frente a situações que demandam atenção e coragem para serem resolvidas, havendo uma significativa sobrecarga de stress ocupacional⁶⁷ e angústia no cotidiano.

Quando um episódio de morte consta na ocorrência diária de um policial militar, é inevitável que esse fato mexa não somente com o policial militar, em si, mas também atinja todo contexto familiar, a instituição que representa e, além disso, também repercute também na sociedade em que ele está inserido. Todas as suas adversidades e contratempos serão sentidas também pela sociedade, por meio do tratamento que dispensarão, pelo trato com o ser humano diante de si, pela desatenção, pelo zelo ou mesmo pela violência. Fato é que no contexto em que se encontram tais policiais, não há como negar que seu ambiente, cheio de adversidades e infortúnios se estenda em todo percurso de sua vida, estando ele portando ou não sua farda.⁶⁸ O modo como administram seus níveis de estresse tem grande repercussão em como desempenharão seu ofício. Portanto, quanto à agressividade de sua função, “o ideal seria a avaliação periódica e por meio de instrumentos sensíveis de todos os policiais, em especial, daqueles que desenvolvem atividades operacionais”.⁶⁹ Nada mais que o esperado.

Diante desses mesmos problemas, quando se lida com o risco de morte real no contexto do trabalho, esses profissionais que se vêem diante da violência e da própria mortalidade, se encontram constantemente entre desigualdades sociais, selvagerias e brutalidade até mesmo na sua forma de trabalhar, porque são praticamente obrigados a isso pela natureza da função. Possivelmente encontram-se entre aqueles que mais apresentam problemas psicológicos e físicos, o que acaba resultando em inúmeras licenças na instituição da qual pertencem. Tudo isso atua de maneira significativa em seu comportamento, em sua maneira de viver, de ver e compreender o mundo.⁷⁰

⁶⁷ ESTRESSE OCUPACIONAL é um estado em que ocorre desgaste do organismo humano e/ou diminuição da capacidade de trabalho. Por si só não é capaz de desencadear uma enfermidade orgânica ou provocar uma disfunção significativa na vida do indivíduo. Para que isso ocorra, é necessário que outras condições estejam presentes, como a vulnerabilidade orgânica ou a forma inadequada de avaliar e enfrentar a situação estressante. PRADO, C. E. P. do. Estresse ocupacional: causas e consequências. *Revista Brasileira de Medicina do Trabalho*, v. 14, n. 3, p. 285-289, 2016. Disponível em: <<https://tinyurl.com/y4f4nkkj>>. Acesso em: 19 mar. 2018.

⁶⁸ MOREIRA et al., 1999, p. 29.

⁶⁹ ALEGRETTI, 2006, p. 63.

⁷⁰ SILVA, M. B; VIEIRA, S. B. *O processo de trabalho do militar estadual e a saúde mental*. Saúde e Sociedade. São Paulo, v.17, n.4. p. 161-170. 2008. Disponível em: <<https://tinyurl.com/yym8kju5>>. Acesso em: 29 mar. 2018.

Em face disso, os policiais militares têm que aprender a administrar sua vida mental e psicológica, afinal, são indivíduos que possuem bagagens de vida, sonhos, ensejos e memórias às quais estão sujeitos nas várias circunstâncias em que agem, o que significa que não se pode esquivar da importância dos contextos cultural, político e religioso em que estão inseridos. Todos esses fatores contribuem nas atitudes e posturas dos policiais militares diante do cotidiano. É no exercício dessa profissão que são brutalmente confrontados com a questão do sentido da vida,⁷¹ e a falta de um adequado preparo pode resultar em significativas limitações no seu dia a dia.

A morte talvez seja o maior problema existencial enfrentado pelo ser humano, o que faz surgir algumas perguntas: como o policial militar administra esse evento inevitável na experiência humana em geral e presente no seu cotidiano particular? Como lidar com a morte de um companheiro de profissão, experimentada num embate travado por ocasião de um assalto, e o risco da própria morte? Como lidar ainda com a morte de um ente querido? Como fugir do pesadelo da morte, se ele é inerente à sua escolha profissional?

Constata-se que:

O trabalho dos policiais militares trazem ainda características próprias que acentuam o seu esforço cognitivo sobremaneira. A variabilidade das ocorrências. [...] cabe a eles decidirem o que fazer e como fazer a cada momento. Esta tomada de decisão é exigida o tempo todo: detectar suspeitos em meio a uma multidão; premeditar situações anormais; o que fazer numa ocorrência; qual estratégia a ser adotada numa ação imediata ou ainda como agir com o pouco material que dispõem.⁷²

O policial está no núcleo de uma soma de poderes provenientes da ordenação do trabalho, da ineficiência do mesmo e acima de tudo de uma sociedade moderna.⁷³ Ele se vê constantemente diante de questões existenciais como a finitude, ou a própria violência urbana que gera atos para sua defesa, ou contra seu agressor.

Os ensejos e necessidades da sociedade em relação à sua imagem de mantenedor da segurança social, sua incapacidade de administrar situações que fogem do seu controle, são algumas das razões que levam o policial a relativizar sua angústia e tristeza, causando assim um possível mal maior: a negação ou banalização da morte.

Esse profissional sob a condição de estresse psicológico, na tentativa de administrar suas angústias, possivelmente não desenvolverá suas funções com maestria. Ele “carrega em

⁷¹ FERRY, 2007, p. 12.

⁷² MOREIRA et al., 1999, p. 34.

⁷³ SILVA; VIEIRA, 2008. p. 168.

sua farda toda a corporação, é preciso, então, manter-se sempre atento”,⁷⁴ a fim de que não se comprometa a estabilidade dos campos psíquico, físico e social, afinal, um trabalho de risco com frequente sentimento de insegurança e instabilidade em relação à morte juntamente com outros agravos inerentes à profissão são pontos que desencadeiam sintomas psicológicos/físicos levando-os até mesmo ao suicídio.⁷⁵

Independente de qual seja a maneira que o policial encontra para administrar o estresse da vida e carreira profissional, foi desenvolvido um estudo sobre os parâmetros desse estresse, de acordo com a periodicidade da função exercida pelo policial militar.

Segundo Violanti, a carreira do policial militar possui estágios característicos, e se dividem da seguinte forma: a) *estágio de alarme*, que ocorre nos 5 primeiros anos. Tem a ver com o choque que resulta do contato com a realidade, em que se verifica que a teoria é diferente da prática. Experimenta-se um estresse diário no lidar com as situações que a profissão impõe, como assaltos, acidentes, mortes dentre outras; b) *estágio de desencanto*, que ocorre do 6º ao 13º ano de serviço. Os sonhos e idealizações concebidas no processo inicial de formação se tornam cada vez mais distantes diante da realidade vivida. O desapontamento é evidenciado por seu trabalho não se desenvolver como o esperado, e também pelo fato de não se sentirem valorizados pela sociedade. Disso resulta que o profissional passa a se enxergar impotente diante dos desafios inerentes à profissão; c) *estágio de personalização*, alcançado entre os 14 e 20 anos de profissão. Nessa etapa o policial dispõe de uma reflexão acerca dos propósitos da sua vida profissional e carreira, sendo possível que haja mudanças no foco relacionado à carreira cumprida. No olhar experiente deste profissional, os incidentes se tornam menos graves diminuindo o estresse que tanto lhe penalizou; e d) *estágio de introspecção*, última etapa, que acontece após os 20 anos de profissão. Nesse estágio, os policiais encaram o saudosismo da carreira como um ponto importante de respectivas

⁷⁴ MOREIRA et al, 1999, p. 30.

⁷⁵ A respeito do suicídio, “Por que os policiais se matam”, é um estudo e o mais completo diagnóstico sobre o problema do suicídio na Polícia Militar do Rio de Janeiro, resultado de uma pesquisa conduzida pelo GEPEP (Grupo de Estudo e Pesquisa em Suicídio e Prevenção), da Uerj, sob a coordenação da cientista política Dayse Miranda, em parceria com a PM fluminense. De acordo com dados citados na pesquisa, cuja fonte é a própria Polícia Militar, de 1995 a 2009 foram notificados 58 casos de suicídio de policiais militares no Rio, mais 36 tentativas de suicídio. Dos 58 óbitos por suicídio de PMs da ativa, três aconteceram em serviço e 55 nos dias de folga. Foram em média três suicídios a cada ano. O número de mortes por suicídio na folga foi 18 vezes maior do que em serviço. Entre os fatores de suicídio incluem: rotina de agressões verbais e físicas (perseguições/amedrontamento, abuso de autoridade, xingamentos, insultos, humilhações); insatisfação com a PM, no que concerne a escala de trabalho, infraestrutura, treinamento, falta de reconhecimento profissional, falta de oportunidades de ascensão na carreira e desvalorização pela sociedade; indicadores de depressão variados e problemas de saúde física. Disponível em: <<https://tinyurl.com/y2jz5cqn>>. Acesso em: 30 mar. 2018.

reflexões. É uma fase em que se preocupam menos com exigências e com sentimentos de fracasso que nutriram etapas passadas. O estresse diminui consideravelmente.⁷⁶

Observa-se uma grande mudança de postura e evolução do policial em relação ao estresse e seu trabalho no decorrer do tempo. O foco na primeira fase de sua profissão era o trabalho e o desgaste por ele ocasionado. Com o tempo ele muda de prisma quanto à sua vida profissional, e começa a ter um maior grau de lucidez sobre a realidade de sua função. Os percalços são mais perceptíveis. O estresse diminui com o passar do tempo, seja pelo equilíbrio adquirido no cotidiano ou pela diminuição das cobranças da instituição.

Ao mesmo tempo em que se faz necessário oportunidades de diálogo franco e aberto, nota-se a dificuldade de se estabelecer isso no próprio ambiente militar. Afinal, hierarquia e patriotismo constituem-se como fonte inabalável do patriotismo, sendo, por sua vez, ligados ao dever do policial militar junto ao juramento de ser fiel à Pátria – essa simbologia configura a base aparteadora da carreira do policial.⁷⁷ Essa estrutura é considerada quando tratada como corporação regida em condutas que ditam as relações de subordinação dirigidas pela hierarquia militar, sendo a sustentação para ritos, cerimônias e cumprimentos.

A criação de espaços para a fala é de nodal importância num ambiente em que os dizeres e as vontades têm que fazer continência. A premissa de que a polícia existe para servir a população é ‘ensinada’ numa instituição de ações hierarquizadas, autoritárias e abusivas, onde o trabalhador policial é também desrespeitado, inclusive, no exercício de sua atividade. Essa é uma questão para o policial e para o não-policial, todos nós atores da construção social diária.⁷⁸

Na medida em que pode falar e ser ouvido, o profissional adquire subterfúgios para levar adiante sua função, chegando numa fase onde passa a refletir e levar uma vida mais tranquila, mesmo que continue com as mesmas condições de trabalho nas quais se encontrava quando do ingresso à corporação. Em geral os policiais que trabalham por anos vivenciando atividades ostensivas se protegem criando para si um certo cinismo. Este, por sua vez, é construído embasado nas circunstâncias e problemas do cotidiano, afinal, a *expertise* do dia-a-dia lhes confere práticas que não são recebidas em seu curso preparatório.

Embora o diálogo seja de suma importância para se minimizar os problemas próprios da profissão, há uma estrutura hierárquica que se impõe cotidianamente ao policial militar. A inteligência da força-tarefa é estabelecida pelos oficiais que comandam e organizam as ações estabelecidas pelos princípios: onde, quando, como e por quê:

⁷⁶ VIOLANTI, J. M. Padrões de estresse no trabalho policial. *Revista Policial do Estado do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, p. 16, 1993.

⁷⁷ MINAYO; SOUZA; CONSTANTINO, 2007, p. 2771.

⁷⁸ MOREIRA et al., 1999, p. 37.

Na linha hierárquica, cabe às camadas imediatamente inferiores cumprir as prescrições, sem questionar. Existe uma crença, na ideologia militar, de que o diálogo perturba, atrasa o desempenho das atividades e enfraquece o poder. Em algumas missões, os soldados não sabem para onde estão sendo conduzidos, mesmo quando se trata de eventos de elevado risco e perigo, como repressão a assalto, invasão de uma favela, contenção de tumulto, entre outros.⁷⁹

É a partir do estresse próprio dos riscos do trabalho e dos desafios que a própria estrutura hierárquica apresenta que os policiais militares devem ser considerados, pois, “bem verdade que, na sua preparação, o soldado é treinado para lidar com situações de risco. Porém, esse aprendizado não é garantia de serenidade e de segurança pessoal”.⁸⁰

Observando o trabalho do policial militar, pode-se constatar que providências cabíveis urgem na ânsia de proporcionar nova direção à labuta desse profissional, da qual “uma formação apropriada deve abordar os contextos de realidade com os quais os policiais vão lidar no seu dia a dia, assim como discutir e estudar a organização policial como instituição, no Estado democrático de Direito, que estes vão integrar”⁸¹ logrando por uma formação que possibilite uma conjuntura de existência, em sua forma de perceber e compreender a morte e a finitude.

Necessidades físicas, psicológicas e emocionais precisam ser repensadas para que consequentemente sua qualidade de vida assegure o seu bem-estar e o de sua família, para que tenham condições de prestarem seus serviços à sociedade de forma consciente e eficaz.

⁷⁹ MUNIZ, 1999, p. 142.

⁸⁰ MUNIZ, 1999, p. 145.

⁸¹ BRASIL, G. M. Formação e Inteligência Policial: desafios à Política Pública de Segurança. *O Público e o Privado*, n. 4, p.159, jul./dez. 2004. Disponível em: <<https://tinyurl.com/y3mjmkk>>. Acesso em: 15 ago. 2019.

2 RELIGIÃO E EDUCAÇÃO PARA A MORTE A PARTIR DO SENTIDO DA VIDA

*“A questão do significado e valor da vida jamais se torna tão urgente e angustiante como quando vemos o suspiro final deixar um corpo que momentos antes estava vivo.”
(Carl Jung).*

Uma vez que se tenha explorado minimamente a morte enquanto finitude humana e o modo como incide na experiência do policial militar, necessário se faz discutir alguns aspectos que nos permitam pensar a morte, não apenas como um finar, mas, como uma realidade dotada de sentido a respeito do qual também se pode aprender. Ou seja, neste capítulo, pretende-se explorar a questão da morte e a religião, esta como produtora de sentido, e a compreensão da morte como requisito da vida, bem como as possibilidades de uma educação para a morte. Parte-se do pressuposto de que discutir as possibilidades de qualquer formação humana pressupõe uma perspectiva antropológica que a sustente. Espera-se, por outro lado, que a discussão de tais temas seja capaz de sustentar os objetivos que nortearão o terceiro capítulo.

2.1 A Morte, a Religião e o sentido da vida

Embora a história testemunhe os vários modos de compreensão da morte a partir das inúmeras culturas humanas, ainda é relativamente comum aquelas perspectivas que a concebem apenas como um evento que se caracteriza pela interrupção da vida. Muito mais do que isso, a despeito de a morte estar no horizonte de cada um de nós, ela só poderia ser compreendida, assimilada, abstraída e até sentida na própria vida. Entretanto, a morte em si não é o problema maior, e sim, como se lida e a maneira com que se administra esse fato, “e geralmente, enquanto nosso intelecto reconhece a perda, o resto de nós continua tentando arduamente negar esse fato”.⁸² Sem condições de administrar o fato de ser finito, o ser humano prefere não refletir sobre tais questões e tenta afastar todo pensamento de seu desamparo ontológico, uma vez que:

falar da morte é um incômodo porque sua imagem está aí, assombrando-nos, e falar dela é trazer à tona aquilo que todos carregam em silêncio, como se não falar de um peso em nossas costas pudesse torná-lo mais leve. [...] é esse incômodo que inibe a discussão, e essa inibição acabou por constituir-se em um costume bastante

⁸² VIORST, 2005, p. 245.

difundido nos dias de hoje: evitar falar da morte e, por consequência, evitar refletir sobre ela.⁸³

À pergunta retórica de Freud, “de que nos vale uma vida longa se ela se revela difícil e estéril em alegrias, e tão cheia de desgraças que só a morte é por nós recebida como uma libertação?”⁸⁴ talvez ainda devêssemos perguntar: de que libertação estamos falando? É possível uma libertação que não se possa experimentar? A morte enquanto termo da vida, nada possibilita, nada evoca e em relação a ela nada se experimenta, razão pela qual não poderia ser uma libertação, a não ser na perspectiva daquele que ainda não a vivenciou. Ou seja, ela só é libertação até o ponto de tê-la, a partir do qual não é mais nada.

Não fazendo sentido se pensar na morte como uma mera interrupção da vida, abre-se espaço para que se adense a discussão em torno do potencial de sentido que está pressuposto nessa experiência, ficando evidente que o ser humano é bem mais do que um simples corpo,

não é somente uma matéria ou uma mecânica, mas é também uma alma e, cuidar dele, não é apenas cuidar do seu corpo, é também respeitar sua alma. Nessa antropologia o homem é também um espírito, existe nele uma dimensão que escapa ao espaço e ao tempo. Apenas o que morre está no espaço e no tempo.⁸⁵

Constata-se que a morte já foi discutida com frequência na sociedade ocidental. Seu mistério foi questionado e refletido na busca por respostas às incertezas e às inquietudes do ser humano. Birman relata que sobre a finitude “o vazio é ainda o espaço contraído e condensado num ponto evanescente, que provoca vertigens e lança o sujeito inapelavelmente nas bordas da sensação de abismo”⁸⁶ levando-o a contínuas indagações. Estas, por sua vez, constituem-se na precisa abertura que distingue os seres humanos de quaisquer outros e que deve ser vista sob o signo do sentido.

A morte, portanto, precisa ser pensada numa acepção mais ampla, para além de seu caráter biológico, ela pode ser vista como um fim,

mas fim entendido como meta alcançada, plenitude almejada e lugar do verdadeiro nascimento. [...] A morte como fim- fim é verdadeira. Ela marca uma ruptura de um processo. Cria uma cisão entre o tempo e a eternidade. [...] O homem é mais do que o bios, porque é mais que um animal. É mais do que o tempo porque ele suspira pela eternidade do amor e da vida. O homem é pessoa e interioridade. Para esse a morte não é o fim- fim, mas um fim- plenitude e um fim- meta alcançada.⁸⁷

⁸³ BIRMAN, 2012, p. 9-10.

⁸⁴ FREUD, S. *O Mal-estar na civilização*. Rio de Janeiro: Imago, 1997. p. 40.

⁸⁵ LELOUP, J. Y. *Além da luz e da sombra: sobre o viver, o morrer e o ser*. Trad. Pierre Weill, Regina Fittipaldi. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001. p. 15.

⁸⁶ BIRMAN, 2012, p. 123.

⁸⁷ BOFF, L. *Vida para além da morte: o presente: seu futuro, sua festa, sua contestação*. 26. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012. p. 42.

Como citado por Boff, o impacto da morte transcende à mera interrupção da vida. Seu caráter de irreversibilidade, por exemplo, aponta para experiências nas quais é possível ver a morte dentro da vida, ao modo de um “nunca mais”. Ou seja, toda experiência de irreversibilidade, seja aquela vivenciada por crianças diante do divórcio dos pais, ou mesmo a que se faz sentir por alguém que se tornou paraplégico, é uma forma de experimentar a morte na vida,

A morte não ocorre no fim da vida. Acontece em cada momento da vida. A vida é mortal, isto é, vai morrendo lentamente até acabar de morrer. Não fazemos a experiência que, dia a dia, nós estamos despedindo das coisas e dos homens? Não experimentamos uma solidão que vai crescendo? [...] Assim vamos fazendo a experiência da indigência da vida até o seu total esvaziamento, na morte.⁸⁸

Os próprios corpos, vivos ou mortos, podem se tornar metáforas a partir das quais é possível se pensar a própria vida:

a morte como metáfora é a representação do espaço absoluto, figurada pelo corpo imóvel, enrijecido e descolorido do cadáver. Desta maneira, é justamente o oposto da metáfora da vida, representada pelo fluxo e pela afirmação do desejo, permeados pela temporalização do corpo móvel e dançante da existência.⁸⁹

Não se pode negar que a religião tenha enorme relevância quando ela se apresenta como uma das maiores fontes de sentido da vida,⁹⁰ e numa perspectiva religiosa cristã, a vida humana pode ser percebida como sagrada, um dom valoroso de Deus, a partir da qual a igreja cristã anuncia sua mensagem como o *Evangelho da Vida*. No contexto do Cristianismo,

a morte se apresenta como a situação por excelência privilegiada da vida, na qual o homem irrompe numa inteira maturação espiritual, onde a inteligência, a vontade, a sensibilidade e a liberdade podem, pela primeira vez, ser exercidas em sua plena espontaneidade, sem os condicionamentos exteriores e as limitações inerentes à nossa situação- no- mundo.⁹¹

Nesse sentido, os Evangelhos convocam o ser humano a viver uma vida de plenitude, mediante um redirecionamento ético. Numa perspectiva mais extensa, Mircea Eliade salienta

⁸⁸ BOFF, 2012, p. 216.

⁸⁹ BIRMAN, 2012, p. 46.

⁹⁰ ROCHA, A. S. *Revelação e vulnerabilidade: caminhos para uma hermenêutica da revelação a partir da presença-ausência*. 2015. Tese (Doutorado) – Departamento de Teologia, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro (RJ), 2015. p. 74.

⁹¹ BOFF, 2012, p. 55.

que, “no universo mitológico e religioso, toda criação recria as suas próprias estruturas, tal como todo grande poeta reinventa a sua língua”.⁹²

O simples fato de viver leva esse indivíduo a se deparar com dificuldades e sofrimentos que são inerentes à própria condição de estar vivo, como, por exemplo, acidentes, doenças, infortúnios pessoais etc., em que “o confronto com a morte resulta numa meditação sobre a vida e a natureza humana”.⁹³ A religião, enquanto uma das mais bem-sucedidas produtoras de sentido pode significar e resignificar a morte e a vulnerabilidade humana de diversos modos. Desde um evento intermediário que passa a ser relativizado na medida em que é interpretado como “passagem” para outra vida ⁹⁴ ou um sinal da finitude e pequenez humana diante da incomensurabilidade do divino, até a oportunidade de uma reconfiguração da vida em face do sofrimento que a ela está atrelado, a morte pode ganhar distintos sentidos no contexto da religião: “a experiência do sagrado, ao desvendar o ser, o sentido e a verdade num mundo desconhecido, caótico e terrível, prepara o caminho para o pensamento sistemático”.⁹⁵

Eliade confirma essa relação intrínseca entre religião e sentido. Para ele, a relação se legitima desde que a religião não seja, necessariamente, compreendida como a crença em Deus ou em espíritos, fantasmas e etc.. Mais do que isso, a religião deveria ser compreendida como expressão que aponta para a experiência com o sagrado e que, nesse sentido, liga-se à ideia de *sentido*, de *ser* e de *verdade*.

Com efeito, é difícil imaginar como poderia funcionar a mente humana sem a convicção de que existe algo de irredutivelmente real no mundo, e é impossível imaginar como poderia ter surgido a consciência sem conferir sentido aos impulsos e experiências do Homem. A consciência de um mundo real e com um sentido está intimamente relacionada com a descoberta do sagrado. Através da experiência do sagrado, a mente humana apreendeu a diferença entre aquilo que se revela como real, poderoso, rico e significativo e aquilo que não se revela como tal – isto é, o caótico e perigoso fluxo das coisas, os seus aparecimentos e desaparecimentos fortuitos e sem sentido.⁹⁶

Percebe-se que para Eliade, o sagrado não diz respeito a um estágio na história da consciência, como fora interpretado em tantas “histórias das religiões”. Mais do que isso, trata-se de um elemento constitutivo da estrutura da consciência. Isso significa que não podendo o ser humano viver no caos, o chamado “mundo de sentido” torna-se o resultado de

⁹² ELIADE, M. *Origens: história e sentido na religião*. Lisboa: Edições 70, 1989. p. 201.

⁹³ SCHUMACHER, 2009, p. 261.

⁹⁴ BOFF, 2012, p. 52.

⁹⁵ ELIADE, 1989, p. 10.

⁹⁶ ELIADE, 1989, p. 9.

um processo dialético que pode muito bem ser encarado como uma manifestação do sagrado. O mundo de sentido, então, é genética e estruturalmente religioso.⁹⁷

Becker enfatiza que o ser humano tem necessidade da estrutura religiosa, “ela é necessária e desejável para a auto-realização, caso contrário, o homem fica esmagado pela sua solidão e seu isolamento, e anulado justamente pelo fardo de sua própria vida”.⁹⁸ A capacidade de reinventar o sentido da vida é singularidade humana, quando tudo lhe parece sem sentido, um desastre, a crença religiosa é capaz de atuar como um instrumento de defesa contra todo sentimento de angústia existencial. Os medos, o desamparo e desalentos do existir, podem ser projetados em um poder supremo, transcendente, dando outro significado e sentido à vida do ser humano.

A experiência humana testifica que “muitos não param para refletir sobre a morte e o seu sentido para a vida. Procuram escapar, procuram compensações, ou seja, o ser humano ainda teme a morte. Algo natural e compreensível, pois todos querem viver e não morrer”.⁹⁹ Parece natural querer viver muito e viver bem, viver mais e melhor — seres humanos estão voltados para a plenitude da vida em todos os seus contextos —, razão pela qual as pessoas dificilmente entendem o sofrimento. Entretanto, é necessário que se dê abertura a esse sofrimento, pois enfrenta-lo significa amadurecer, ou seja, “enfrentar sua natural impotência e morte”.¹⁰⁰ O modo como se significa a morte e o sofrimento também determina se essa experiência de irreversibilidade e vulnerabilidade contribui para o amadurecimento, o crescimento e aprendizado, ou para a insanidade, inércia e revolta.

O argumento de que a vida de cada ser humano deve ser respeitada é unânime na tradição cristã, ainda que a formulação técnica do princípio moral tenha sido formulada somente na era contemporânea, percebe-se que “as principais religiões, por exemplo, sempre se ocuparam em preparar as pessoas para a sua própria morte e também para a morte das pessoas por elas amadas”.¹⁰¹ O Cristianismo por exemplo, vê na morte um ritual de passagem,

morte é a cisão entre o modo de ser temporal e o modo de ser eterno no qual o homem entra. [...] A morte é, semelhante ao nascimento. Ao nascer, a criança abandona a matriz nutridora que, aos poucos, ao cabo de nove meses, fora se tornando sufocante e esgotava as possibilidades de vida intrauterina. Passa por uma violenta crise: é apertada, empurrada de todos os lados, e por fim ejetada no mundo. Ela não sabe que a espera um mundo mais vasto que o ventre materno, cheio de largos horizontes e de ilimitadas possibilidades de comunicação. Ao morrer o

⁹⁷ ROCHA, 2015, p. 79.

⁹⁸ BECKER, 2007, p. 195.

⁹⁹ SOUZA, W. A biotecnociência diante da morte: a sagrada vulnerabilidade humana. *Atualidade Teológica*: Revista do Departamento de Teologia da PUC, Rio de Janeiro, ano 16, n. 42, p. 769, set./dez. 2012.

¹⁰⁰ BECKER, E. *A negação da morte*. 3. ed. Trad. Luiz C. do Nascimento. Rio de Janeiro: Record, 2007. p. 116.

¹⁰¹ ROCHA, 2015, p. 78.

homem passa por semelhante crise: enfraquece, vai perdendo o ar, agoniza e é como que arrancado deste mundo. Mal sabe que vai irromper num mundo muito mais vasto que aquele que acaba de deixar e que sua capacidade de relacionamento se estenderá ao Infinito. A placenta do recém-nascido na morte não é mais constituída pelos estreitos limites do homem-corpo, mas pela globalidade do universo total.¹⁰²

Segundo os cristãos, a morte não é o fim, é apenas um meio para a ressurreição, e esta ressurreição “na intelecção cristã, não é a revivificação de um cadáver, mas a exaustiva realização das capacidades do homem corpo- alma”¹⁰³ e a morte é um destino para a eternidade, da qual no fim dos tempos, os corpos modificados pela imortalidade da alma, viverão eternamente.

Desde os tempos remotos, o ser humano luta contra sua mortalidade. Portanto, mesmo com grandes empenhos em dar verdadeiro sentido à vida, o ser humano é tomado pelo sentimento de impotência, se não invocar algo superior para justificar sua existência.¹⁰⁴ Nesse sentido, Monteiro cita que “após a morte, há apenas decomposição de cadáveres. Porém, vemos, ainda que dessa maneira, o sonho da imortalidade nos acompanha”.¹⁰⁵ A juventude se tornou o símbolo e representação de uma vida perfeita, resultando numa sociedade angustiada pela busca de desenvolvimento, abundância de riquezas e incessante procura pela imortalidade, onde tenta se encontrar o elixir milagroso, através da união de novas tecnologias que cumprem alimentar esse sonho.

A relação entre morte e sentido da vida também é evocada por Luc Ferry, quando relata que as religiões preparam e contribuem para que o ser humano decifre o sentido da vida humana.¹⁰⁶ Nessa preparação, o crente era convocado a interpretar o sentido da vida e, ao mesmo tempo, o fim da vida.

Pode-se dizer, em certo sentido, que a cultura ocidental, de modo geral, inflacionou o sentido — visto como essa capacidade de encontrar fundamentos no mundo e deixar que estes influenciem a própria vida humana —, e tal fato pode ser aferido tanto na Grécia antiga, quanto no Cristianismo medieval ou mesmo na Modernidade. Segundo Ferry, em todos esses momentos houve uma busca pela vida boa, pela salvação, portanto, uma busca por fundamentos que garantissem a estabilidade do sistema de sentido.¹⁰⁷ Nietzsche, por exemplo,

¹⁰² BOFF, 2012, p. 47-48.

¹⁰³ BOFF, 2012, p. 49.

¹⁰⁴ BECKER, 2007, p. 153.

¹⁰⁵ MONTEIRO, 2006, p. 44.

¹⁰⁶ FERRY, 2007, p. 10.

¹⁰⁷ Em certo sentido, a história do ocidente pode ser vista como a história do sentido. Os gregos antigos podem ser contados entre aqueles que talvez, em proporções culturais, representem a primeira manifestação de uma sociedade construindo-se em torno de um princípio fundador: o Cosmo. Tanto o Cristianismo quanto as grandes religiões, por outro lado, tornaram Deus o seu princípio fundador, ou seja, sua fonte de sentido. Finalmente, os

influenciado por Schopenhauer, denuncia essa tirania do sentido, ao mostrar que este reside no *fenômeno* (no objeto representado subjetivamente) e não na *coisa-em-si* (aquilo que existe fora da subjetividade humana).¹⁰⁸ No entanto, é como se saíssemos de uma cultura que inflacionou o sentido para uma cultura na qual predomina certo déficit de sentido, sobretudo, quando se percebe que todos os antigos fundamentos ruíram. Segundo Ferry, há uma acentuação dessa transformação no decorrer do século XX que se faz sentir através de outros acontecimentos e mudanças que acabam por consolidar o novo paradigma.

Não é por acaso que a crise da religião cristã e dos demais sistemas de compreensão de mundo, que se instaura a partir dessas mudanças paradigmáticas, confunda-se com a própria crise de sentido, já que remetem aos fundamentos últimos da existência. Segundo Ferry, o esgotamento de todas as antigas fontes de sentido, o Cosmos, Deus e o Sujeito, faz com que se tenha a impressão de que estamos diante de uma cultura que se dilui e sucumbe paulatinamente,

Um fio condutor nos permitiria entender como as aventuras do sagrado são percebidas pelos sujeitos que são, no final, seus únicos verdadeiros heróis e como, por isso mesmo, a questão do sentido da vida vem sendo pouco a pouco reorganizada no espaço do humanismo moderno.¹⁰⁹

As concepções de sentido evoluíram. É diante dessa constatação que Ferry sugere que abrir mão das antigas fontes de sentido — quais sejam, o Cosmos, Deus, o Humanismo Republicano e a Desconstrução — não deveria significar abrir mão absolutamente do sentido. Ou seja, o fim daqueles motivos tradicionais que sustentavam o sacrifício — já que o sentido último está no nível do sacrifício — não deveria nos levar ao desencanto do mundo, nem à predominância de uma espécie de “era do vazio”. Para Ferry, a motivação que resulta da história da vida privada, muito bem mapeada por ele, e também do fortalecimento das exigências da afetividade tem o poder de mudar os objetivos do sacrifício e fazer com que este se encarnasse em pessoas e não em abstrações, como no passado.¹¹⁰ A partir daí, Ferry sugere uma nova compreensão para a ideia de sagrado: aquela segunda a qual o sagrado não se restringe mais ao seu sentido religioso, mas deve compreender-se a partir de seu sentido

modernos propuseram a fundamentação do mundo sobre a razão, a subjetividade e os direitos do humanismo republicano.

¹⁰⁸ ROCHA, A. S. O Deus que vem a nós: reflexões hermenêutico-teológicas da revelação desde cima e desde baixo. *Horizonte*, Belo Horizonte, v. 15, n. 47, p. 974-996, jul./set. 2017.

ROCHA, A. S. Entre o dizer e o não-dizer: por uma epistemologia da revelação nos limites da linguagem. *Teoliterária*, v. 8, n. 15, p. 92-121, 2018. Disponível em: <<https://tinyurl.com/y3mqgjlj>>. Acesso em: 5 maio 2019.

¹⁰⁹ FERRY, 2007, p. 109.

¹¹⁰ FERRY, L. *A revolução do amor*: por uma espiritualidade laica. São Paulo: Objetiva, 2012. p. 16-17.

ideológico e filosófico — “não o oposto ao profano, mas antes como aquilo pelo qual podemos nos sacrificar, nos arriscar ou dar a vida”.¹¹¹

Portanto, há uma mudança no modo como as pessoas se relacionam com os “grandes sacrifícios”. Segundo Ferry, no passado as pessoas se sacrificavam pela pátria, por uma utopia, por uma revolução ou mesmo por Deus. Entretanto, a destruição dos valores tradicionais, que segundo ele tem início em “maio de 1968” — com a greve geral de estudantes na França, com contornos revolucionários —, fez com que as abstrações perdessem valor em comparação com as pessoas. É nesse contexto que ele propõe uma nova fonte de sentido: o amor. Afinal, a relação com o sagrado precisa ser vista e compreendida enquanto “motivo de saída de si, de suspensão do egocentrismo individualista”.¹¹²

A proposta de Ferry de uma vida amorosa vivida por pessoas comuns, que substitua os ideais políticos e religiosos, surge como uma espécie de sacralização do amor. O amor, então, torna-se um tipo de “espiritualidade laica”, não mais restrita aos ambientes religiosos, mas, resultante de uma preocupação com pessoas (filhos, pais, amigos etc.) capaz de levar a grandes sacrifícios no nível da vida. Confirmando essa ideia, Becker descreve que é possível compreender o conceito divino como “a realização lógica do aspecto de Ágape da natureza humana”.¹¹³ Ou seja, dentro dessa necessidade de sentido, de aprofundamento na natureza, de uma correlação com o transcendente, é que a humanidade se aproxima do sagrado, onde o ser pode revelar todas as suas incertezas, angústias, e expectativas de existência.

2.2 A morte enquanto parte da existência

A morte é um evento aguardado por todo ser humano. Evidentemente um evento não desejado, que compõe uma etapa, visto como o ocaso da existência do ser. Cada indivíduo à sua maneira experimentará sentimentos como raiva, culpa, ansiedade e desespero, para finalmente enfrentar perdas irreparáveis decorrentes da sua condição existencial.¹¹⁴ A vulnerabilidade humana revelada pela morte não se verifica apenas nesse finar da vida, mas, também, no fato de que não se sabe quando ela chegará. Como assevera Sêneca, “é incerto em que lugar te aguarda a morte. Desse modo, aguarda tu por ela em todo lugar”.¹¹⁵ E esse imponderável responde significativamente pela angústia humana, afinal, como nos lembra

¹¹¹ FERRY, 2012, p. 16.

¹¹² FERRY, 2012, p. 17

¹¹³ BECKER, 2007, p. 189.

¹¹⁴ VIORST, 2005, p. 258.

¹¹⁵ SÊNECA, 2016, Epístola 26, p. 44.

Schumacher, somos os únicos seres vivos dotados da consciência de nossa mortalidade e finitude.¹¹⁶ Ora, o animal não tem a racionalidade e consciência do fim da vida, e somos os únicos seres vivos dotados da realidade desse fenômeno.¹¹⁷ Os animais possuem somente o instinto de conservação e sobrevivência, utilizado por eles na defesa contra as ameaças e perigos e na luta pela vida. Nas palavras de Ferry, o ser humano

diferentemente dos animais, é o único que tem consciência de seus limites. Ele sabe que vai morrer e que seus próximos, aqueles a quem ama, também. Ele não pode, portanto, evitar interrogar-se sobre essa situação que, *a priori*, é inquietante, até mesmo absurda e insuportável.¹¹⁸

A consciência da finitude, tal como vimos no capítulo 1, é, portanto, uma característica humana. Tal consciência, como muito bem nos lembra Ferry, torna inevitável a pergunta pelo sentido da morte. Ou seja, a pergunta que mobilizou filósofos em todos os tempos e os levou a propor fundamentos últimos da existência, não tem a ver apenas com o sentido da vida. Tem a ver com o sentido da vida na perspectiva de quem percebe que ela um dia se esvaírá. Ou seja, à pergunta pela vida, e como diz Ferry, pela vida boa — segundo ele, o que, de fato, caracteriza a filosofia —, não se pode responder sem se perguntar também pela morte. Essa preocupação deve ser dialética!

Um dos filósofos que nos ofereceu uma importante contribuição para a compreensão da morte na perspectiva do sentido da vida foi Martin Heidegger.¹¹⁹ Segundo ele, o ser humano é um *ser-para-a-morte*. Ou seja, a morte, mais do que um destino, é elemento constitutivo do ser humano, no sentido de que não há humano sem essa finitude que lhe é inerente. A morte faz parte da natureza humana, porquanto é condição fundamental da existência do *Dasein*.¹²⁰ “A este ente que somos, a cada caso, nós mesmos, e que, entre outras coisas, tem essa possibilidade de ser que é o perguntar, o designamos pelo termo de *Daisen*” (tradução nossa).¹²¹

Heidegger, em sua conferência *A coisa*, afirma:

¹¹⁶ SCHUMACHER, 2009, p. 55.

¹¹⁷ SCHUMACHER, 2009, p. 55.

¹¹⁸ FERRY, 2010, p. 16.

¹¹⁹ HEIDEGGER, Martin. *Ser e tempo*. Campinas, SP: Ed. da Unicamp; Petrópolis, RJ: Vozes, 1997. v. 2, p. 30. Heidegger foi o filósofo que mais ampliou a concepção de morte, destacando que podemos experienciá-la como caminho para uma vida absoluta. Para ele, a plenitude da vida seria morrer. Segundo ele, o homem é um ser-para-a-morte, influenciou de maneira notória a Filosofia Moderna Ocidental a respeito da morte.

¹²⁰ HEIDEGGER, 1997, v. 2, p. 30. *Dasein*, cuja tradução remete ao *Ser-ai*, é a expressão heideggeriana que evoca o ser do ser humano.

¹²¹ HEIDEGGER, 1997, p. 30. “A este ente que somos em cada caso nosotros mismos, y que, entre otras cosas, tienes esa posibilidad de ser que es el preguntar, lo designamos con el término *Daisen*”.

Os mortais são os homens. São assim chamados porque podem morrer. Morrer significa: saber a morte, como morte. Somente o homem morre. O animal finda. Pois não tem a morte nem diante de si, nem atrás de si. A morte é o escrínio do nada, do que nunca, em nível algum, é algo que simplesmente é e está sendo. Ao contrário, o nada está vigindo e em vigor, como o próprio ser. Escrínio do nada, a morte é o resguardo do ser. Chamamos aqui de mortais os mortais – não por chegarem ao fim e finarem sua vida na terra, mas porque eles sabem a morte, como morte. Os homens são mortais antes de findar a vida. Os mortais são mortais por serem e vigorarem no resguardo do ser. São a referência vigente ao ser, como ser.¹²²

Heidegger nos convida a distinguirmos entre a morte numa perspectiva bio-fisiológica e a morte numa perspectiva existencial. Numa perspectiva biológica, a vida diz respeito ao funcionamento, enquanto a morte diz respeito ao fim das funções vitais do organismo.

Para a compreensão biológica da morte, Heidegger utiliza-se da expressão “finar” (*Verenden*) e para o sentindo existencial usa a palavra “morrer” (*Sterben*), razão pela qual ele afirma que somente o homem morre, diferente do animal que finda.

A distinção entre morrer e findar também pode ser compreendida na medida em que se compreende que a morte faz parte da essência do ser humano, na perspectiva heideggeriana. Na *Carta Sobre o Humanismo*, Heidegger introduz a questão:

O corpo do homem é algo essencialmente diferente de um organismo animal. Assim como a essência do homem não consiste em ele ter um organismo animal, assim também não se pode eliminar ou compensar essa determinação insuficiente da essência do homem dotando-o de uma alma imortal, ou razão. O que o homem é — isso significa, na linguagem tradicional da metafísica, a ‘essência’ do homem — repousa na ec-sistência.¹²³

Somente o ser humano existe, afinal, a existência é sua essência. A existência do ser humano pressupõe um processo no qual ele nunca está pronto, como um ente “simplesmente dado”, mas, se concretiza na medida em que, como *Dasein*, encontra-se lançado em sua abertura existencial que o coloca sempre entre o vigor de ser (a realidade) e o vigor do nada (a possibilidade de ser).

Quando se diz que a morte é constitutiva do ser humano, fala-se de uma condição sem a qual não haveria ser humano. Ou seja, não se trata aqui de um elemento acessório, nem de um atributo que o ser humano pode ou não possuir. Trata-se, ao contrário, da própria condição humana. Para Heidegger, só o ser humano morre porquanto só ele existe. Morrer,

¹²² HEIDEGGER, 2001, p. 156.

¹²³ HEIDEGGER, M. *Sobre o humanismo*. Trad. Emmanuel Carneiro Leão. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1967. p. 41.

nesse sentido, significa saber a morte enquanto morte. Se por um lado, a vida não significa o momento em que se nasce, a morte, por outro, não significa o momento em que se finda.

Em termos práticos, Heidegger nos ensina que é no esquecimento da morte que acabamos por negligenciar a vida. Desconsiderar a morte fomenta o consumo desordenado da vida e o adiamento das decisões fundamentais, algumas das quais necessárias para o nosso próprio bem-estar. Negligenciar a morte também nos impede de dar ao perigo e aos riscos a verdadeira atenção que merecem.

Em virtude da certeza e da própria consciência da morte, própria de nossa condição existencial, abre-se espaço para uma educação para a morte e para o morrer. Mas, o que significaria uma educação para a morte?

Evidentemente, a cultura ocidental, tecnológica, hedonista e consumista dificulta uma educação para a morte na medida em que nega ou mesmo tergiversa a morte. Estamos muito ocupados, ou em buscar remédios que nos curem dela ou em nos ocupar com o máximo de subterfúgios que nos desviem do assunto. A julgar pelo que vimos no primeiro capítulo, talvez fosse possível afirmar que nossa atual cultura ocidental seja menos capaz de preparar as pessoas para a morte do que o foram culturas antigas. De qualquer forma, não se pode perder de vista o fato de que quando se educa para a morte se educa para a vida. Nesse contexto, quando se educa para a compreensão do processo da morte e do morrer, estamos auxiliando o ser humano a uma melhor aceitação da condição humana e suas implicações, levando-o à reflexão sobre o significado da morte para ele como pessoa. Ao se pensar sobre a morte e o que ela representa, se é induzido a pensar na vida e no seu verdadeiro sentido. Ferry reforça:

Diferentemente das árvores, das ostras e dos coelhos, não deixamos de nos interrogar a respeito de nossa relação com o tempo, sobre como ocupa-lo ou emprega-lo, seja por breve período, hora ou tarde que se aproxima, ou longo, o mês ou o ano em curso. Inevitavelmente, chegamos, por vezes, num momento de ruptura, de um acontecimento brutal, a nos interrogar sobre o que fazemos, poderíamos ou deveríamos ter feito de nossa vida toda.¹²⁴

É claro que falar de uma educação para morte parte, também, do estabelecimento de uma tradição de pesquisa sobre o assunto. No Brasil constata-se que pesquisas e estudos sobre o tema tiveram início em meados de 1980, com um Seminário desenvolvido na USP (Universidade de São Paulo), cujo tema foi “A Morte e os Mortos na Sociedade Brasileira”. Na sequência, houve o lançamento de uma obra com o mesmo título, ensejando, assim, as primeiras pesquisas, debates, palestras e seminários no país.¹²⁵

¹²⁴ FERRY, 2010, p. 26.

¹²⁵ KOVÁCS, 2008, p. 458.

É a partir daí, em virtude de uma melhor compreensão sobre a morte e o morrer, que foi criada a chamada Tanatologia,¹²⁶ ciência que, através de diversos prismas, estuda a morte, o processo de morrer e tudo que ao tema se relaciona. No Brasil, esses estudos vêm crescendo significativamente através de diversas instituições com cursos direcionados ao tema.¹²⁷ Posto que muitos autores têm tratado a relação entre morte e educação com bastante relevância, surge a necessidade de que o tema seja abordado pela sociedade com mais naturalidade e aceitação. Mais do que isso, partimos do pressuposto de que tal necessidade se faz ainda mais urgente naquelas profissões nas quais a realidade da morte se apresenta com maior recorrência, tais como nas profissões relacionadas à saúde (médicos, enfermeiros, socorristas etc.), naquelas que se relacionam a buscas e salvamentos (bombeiros, guarda-vidas etc.), ou mesmo nas que se relacionam à segurança pública, como é o caso dos policiais.

O fato de se aceitar a morte como um fenômeno natural da existência, conduziria a uma maturidade e a um maior envolvimento com a própria vida e a do próximo, pois é possível “aprender a viver, aprender a não mais temer em vão as diferentes faces da morte, ou, simplesmente, a superar a banalidade da vida cotidiana”.¹²⁸

Debater e dialogar sobre todo o processo da morte, compreender a finitude e obter uma formação bem estruturada sobre a morte e o morrer resulta em novos conceitos, novas visões e atitudes frente a esse complexo evento, próprio do existir. Trata-se de preparar o ser humano para a complexidade da vida e da realidade, em que se faz necessário vencer os medos que resultam da finitude, visto que as manifestações do irreversível são diversas.¹²⁹

Educar para a morte compreende uma intensa reflexão sobre o respeito à vida, mesmo sabendo que a consciência humana de finitude seja uma realidade presente no processo de constituição de nós mesmos.¹³⁰ Dessa forma, considerando que a morte é inerente a qualquer fase da vida, o papel da educação possibilitaria um melhor enfrentamento daquelas situações nas quais se experimenta perdas, afinal, como aconselha Sêneca, “Devemos nos preparar mais para a morte do que para a vida”.¹³¹ A educação para a morte, nesse sentido, deveria tornar-se um componente primordial de todo processo de educação em todos os

¹²⁶ TANATOLOGIA vem do grego “Thanatos” - morte e “logos” - estudo, ou seja, é o estudo da morte e do morrer, especialmente em seus aspectos psicológicos e sociais. Disponível em: <<https://tinyurl.com/y3d68pvj>>. Acesso em: 19 fev. 2018.

¹²⁷ Atualmente no Brasil encontram-se várias instituições que se dedicam ao estudo sobre a Tanatologia, tais como o *Instituto Indesfor* em Teresina (PI), sendo a mais conhecida a *Fundação Elisabeth Kübler-Ross* no Rio de Janeiro/RJ. Disponível em: <<https://ekrbrasil.com/>>. Acesso em: 25 jun. 2019.

¹²⁸ FERRY, 2010, p. 14.

¹²⁹ FERRY, 2010, p. 18.

¹³⁰ MONTEIRO, 2006, p. 44.

¹³¹ SÊNECA, 2016, Epístola 61, p. 83.

níveis. Se “a morte sempre é vista como uma derrota”,¹³² na medida em que transformamos essa concepção e oferecemos uma educação para a morte, também temos o poder de modificar essa visão, resultando numa melhor atuação tanto no plano psicológico quanto comportamental do ser humano.

Parte-se aqui do pressuposto de que uma educação para a morte é indispensável na formação do policial militar, considerando o fato de estarem regularmente diante da morte em função da exposição própria da natureza de sua profissão. Tal educação certamente conferiria maior resiliência e suporte emocional para sua futura carreira, ajudando-o a desempenhar melhor sua função como agentes públicos da segurança de todos nós. Nesse sentido, a educação para a morte compreende uma alternativa do crescimento individual de cada policial envolvido, onde se deve ponderar que todo indivíduo aprende o tempo todo, através das práticas as quais vivenciam.



¹³² MONTEIRO, 2006, p. 47.

3 A POLÍCIA MILITAR DO ESPÍRITO SANTO (PMES) E O PROCESSO DE FORMAÇÃO DE SOLDADOS

“É impossível conhecer o homem sem lhe estudar a morte, porque, talvez mais do que na vida, é na morte que o homem exprime o que a vida tem de mais fundamental.”
(Edgar Morin)

A abordagem da morte no curso de formação da Polícia Militar possibilita muitas reflexões no processo da educação do soldado. Dessa forma, o objetivo dessa pesquisa foi investigar se a temática morte e o morrer encontra-se representada no curso de Formação de Soldados da Polícia Militar do Espírito Santo. Discutiu-se também respectivos impactos da ausência de tal temática nas atitudes dos soldados perante a sociedade e na qualidade de vida. Foi realizado levantamento bibliográfico e documental sob abordagem qualitativa, para que se pudesse descrever o uso do tema junto à literatura da área no CFSd- ES. A partir de vários autores, fez-se um estudo do currículo em questão. Com essa pesquisa, espera-se contribuir para que a análise do tema proposto seja capaz de sustentar uma reflexão de ordem filosófica e existencial, que permita ao policial militar pensar na morte como uma realidade provida de sentido, pelo qual se pode aprender a aceitá-la para administrar sua vida no cotidiano, alcançando assim plenitude e um melhor bem viver.

3.1 Metodologia da pesquisa

Trata-se de pesquisa exploratória sob uma abordagem qualitativa constituindo uma análise que interliga a morte à vida a partir da temática e de autores à luz da Matriz Curricular e ementas de 2014 compreendidas no CFSd-ES. Segundo Martinelli,

a pesquisa qualitativa se insere no marco de referência da dialética, direcionando-se fundamentalmente, pelos objetivos buscados. O desenho da pesquisa qualitativa deve nos dar uma visibilidade muito clara do objeto, objetivo e metodologia, de onde partimos e onde queremos chegar.¹³³

Buscou-se durante a etapa de produção de dados a sua viabilização a partir das pesquisas bibliográfica e documental visando construir conhecimento e reflexões relacionados à teoria da morte. O levantamento bibliográfico preliminar para dar embasamento à pesquisa bibliográfica foi realizado a partir de fontes disponíveis nos campos da filosofia e das ciências

¹³³ MARTINELLI, L. (Org.). *Pesquisa qualitativa: um instigante desafio*. São Paulo: Veras, 1999. p. 115.

das religiões em documentos impressos e digitais como livros, artigos, dissertações de mestrado, teses de doutorado e demais fontes. Segundo Gil “a pesquisa bibliográfica é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos”.¹³⁴ Foram utilizados resultados de pesquisas e análises de teóricos devidamente validados por outros pesquisadores.

O privilégio da pesquisa bibliográfica se encontra nas possibilidades que o investigador desfruta de acessar e conhecer, de forma exaustiva, as múltiplas manifestações dos pesquisadores nas fontes escritas e documentadas.¹³⁵ Através do levantamento bibliográfico o pesquisador tem a oportunidade de conhecer acerca do que já foi produzido e registrado através dos tempos permitindo uma investigação minuciosa do objeto de estudo.

Busca-se compreender como os policiais lidam com a relação de morte no viver bem vivido. Assim, destaca-se pesquisas anteriores em formato bibliográfico, nos livros utilizados, a saber, citamos: Minayo, Monteiro, Moreira, Ludwig e Violanti. Tais obras sustentaram o processo de análise do currículo de Formação dos Soldados do Espírito Santo e embasaram as reflexões aqui apontadas dando à pesquisa a credibilidade necessária, os fundamentos aos argumentos e à própria discussão levantada. Espera-se contribuir com um novo olhar que propicie possibilidades de mudança e ou revisão do currículo pesquisado.

A pesquisa pode ser percebida como uma conversa criativa diante da realidade compreendida, de modo que possa chegar-se ao ápice de uma construção própria que tenha capacidade de intervenção.

É uma forma de aprender a aprender que pertence ao processo educativo e emancipatório.¹³⁶ Fundamentadas numa abordagem qualitativa buscou-se respostas às questões particulares, que segundo Minayo, não podem ser quantificadas como “o universo de significados, de motivos, de aspirações, de crenças, de valores e atitudes” de desempenho da morte no campo educacional, sendo uma preparação ao risco que correm diariamente, permitindo um melhor controle psicológico frente às situações problemas que por vezes enfrentam.¹³⁷ Através da pesquisa levantando as teorias sobre a morte frente à vida, procurou-se ressaltar a relação histórica no qual as mesmas encontram-se inseridas.

A pesquisa documental descreve como fonte, registros no sentido amplo, ou seja, não só documentos impressos, sobretudo outros tipos de documentos, tais como jornais, fotos,

¹³⁴ GIL, A. C. *Como elaborar projetos de pesquisa*. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002. p. 44.

¹³⁵ GIL, 2002, p. 45.

¹³⁶ DEMO, P. *Metodologia do conhecimento científico*. São Paulo: Atlas, 2000. p. 128.

¹³⁷ MINAYO, M. C. S. et al. *Estudo comparativo entre a Polícia Civil e a Polícia Militar do Estado do RJ quanto à concepção e à administração individual e coletiva de riscos profissionais, de segurança pessoal e de saúde ocupacional*. Brasília: Senasp, 2007. p. 21.

filmes, gravações, sites e documentos legais. Durante a pesquisa documental foram analisados os dados históricos que interligam a Polícia Militar e o currículo do Curso de Formação de Soldados do Espírito Santo. Foram utilizados autores fundamentados no referencial teórico para uma breve contextualização histórica da temática.

Nesta etapa realizou-se um estudo aprofundado do currículo trabalhado no CFSd-ES, juntamente com as disciplinas que envolvem o curso e as questões relacionadas a essa formação, sempre refletindo à luz das teorias que cercam a morte e principalmente a vida, como destacou Ferry e Rocha. Vida e morte, mesmo sendo encaradas como contrárias, são inerentes ao ser, fazendo parte da condição permanente da vida humana.¹³⁸

A análise do currículo foi embasada por critérios reflexivos e práticos que se encontram na história da Polícia Militar e na preparação para que esse profissional exerça bem sua função. Utilizou-se dois eixos principais para a análise que foram aqui apresentados: 1) a Polícia Militar e o processo de formação, e; 2) como se constitui o policial no Curso de Formação de Soldados para que este profissional esteja apto ao trabalho.

A educação para a morte/vida tem como propósito integrar o estudo interdisciplinar dessas estruturas dentro da organização de ensino do currículo base do Curso de Formação de Soldados da PMES. Desta forma, acredita-se na educação para o desenvolvimento do cidadão crítico, pois pelas conceituações acerca do tema apresentado, ele se aproxima da vida. Não se cogita aqui sobre a criação de uma disciplina que tematize morte e vida, mas, a inserção de conteúdos e componente multidisciplinar no currículo e no processo ensino-aprendizagem.

Para lidar com o tema referido e tratá-lo de forma a valorizar a vida, o educador demanda conhecimentos peculiares que levem o soldado a se educar a partir dessa perspectiva existencial. Espera-se nesse processo de formação que o soldado desenvolva uma visão crítica sobre a vida, os conceitos de morte, a valorização do presente, posicionamentos ideológicos e religiosos, e recriação de uma perspectiva de vida que contemple vida e morte como uma condição inerente do ser humano.

Para um entendimento pedagógico e posterior análise curricular, a contextualização histórica acerca da formação dos soldados se faz presente como momento decisivo na estruturação da instituição, apresentando-se aqui a história de como se deu o surgimento e arregimentação da Polícia Militar.

¹³⁸ VIORST, 2005, p. 243.

3.2 A PMES e sua história

Figura 2: PMES.¹³⁹



Conforme a pesquisa, a história da Polícia Militar do Brasil se confunde com os vários aspectos da organização política do país desde os tempos da era colonial.

A presença de tropas no território brasileiro (controvérsias) se inicia com a expedição de Tomé de Souza à Bahia, trazendo 600 soldados portugueses, e no Espírito Santo em 1535 com Vasco Fernandes Coutinho, com 60 homens.¹⁴⁰

Com o período Regencial, após a abdicação de D. Pedro II, foi criada em 1831 a Guarda Nacional que tinha o objetivo de defender a ordem pública e a propriedade, combater as revoltas populares e manter a escravidão. Nesta esteira, o presidente da Província do Espírito Santo, Manoel José Pires da Silva Pontes resolveu reorganizar sua força militar criando a companhia de Guarda de Polícia Provincial por intermédio da Lei Provincial nº 9, decretada pela Assembleia Legislativa em 6 de abril de 1835.

A Polícia Militar se fez presente na Guerra do Paraguai (1865-1870), na Revolta de 1924 (São Paulo), na Revolução de 1930 e no Movimento Constitucionalista de 1932 (São Paulo). Nos episódios de cunho estadual, destaca-se sua participação no conflito da Serra do Caparaó e a atuação na questão Lindeira, decorrente de conflitos surgidos nas zonas limítrofes

¹³⁹ POLÍCIA MILITAR DO ESPÍRITO SANTO. Brasão. Disponível em: <<https://tinyurl.com/yyq2xy6h>>. Acesso em: 22. Out. 2019.

¹⁴⁰ ESPÍRITO SANTO (Estado). Polícia Militar. *História*. 2015-2019. Disponível em: <<https://tinyurl.com/y64rxvzj>>. Acesso em: 24 maio 2018.

de Minas Gerais e Espírito Santo, no norte do Estado, cuja solução final só se deu em 15 de setembro de 1963.

No decorrer de seus 184 anos a força pública do estado do Espírito Santo passou por várias modificações na sua estrutura, e após a proclamação da República em 15 de novembro de 1889, passou por diversas denominações, e por último em 1946, denominada Polícia Militar, assim permanecendo até a atualidade.¹⁴¹

A atuação da Corporação foi redirecionada pela Emenda Constitucional nº 12 de 20 agosto de 1997, citada no Art. 130 na Constituição Estadual:

A Polícia Militar compete com exclusividade, polícia ostensiva, e a preservação da ordem pública, e ao Corpo de Bombeiros Militar, a coordenação e execução de ações de defesa civil, prevenção e combate a incêndios perícias de incêndios, e explosões em local de sinistros, busca e salvamento, elaboração de normas relativas à segurança das pessoas e de seus bens contra incêndios e pânico e outras previstas em leis.¹⁴²

O Centro de Formação de Soldados, no âmbito da Polícia Militar, busca proporcionar a constante e adequada qualificação do policial militar, por meio de curso técnico profissional e treinamento que visam a consolidação de valores sociais, morais e éticos. Compete-lhe também, atualizar conhecimentos técnicos e profissionais, conservar o vigor físico, a agilidade e a destreza necessárias ao desempenho da função policial-militar. A realização do treinamento policial-militar assume fundamental importância para a operacionalidade da Corporação, em face dos aspectos que vem sendo analisados nos foros que se interessam pelo tema.

Os treinamentos submetidos aos novos policiais distanciam-se da visão conformista do agente policial que percebe o cidadão como um potencial inimigo. A esse respeito Ludwig esclarece que:

Outro feito importante decorrente de uma organização que se empenha em envolver todos os seus integrantes, refere-se à sensível diminuição ou desaparecimento do conformismo, isto é, do homem standartizado, sem individualidade, sem vontade própria, sem iniciativa, resignado, acomodado. Um soldado conformista pouco serve a um teatro de operações.¹⁴³

O treinamento consiste de valioso e sistemático meio de comunicação entre comandantes e comandados, possibilitando maior interação entre chefes e subordinados, colaborando para o estreitamento dos laços e aperfeiçoamento do espírito de corpo tão

¹⁴¹ ESPÍRITO SANTO (Estado). Polícia Militar, 2015-2019, não paginado.

¹⁴² ESPÍRITO SANTO (Estado). Polícia Militar, 2015-2019, não paginado.

¹⁴³ LUDWIG, A. C. W. *Democracia e ensino militar*. São Paulo: Cortez, 1998. p. 82.

imprescindível à instituição policial-militar.¹⁴⁴ Dessa forma, o treinamento dá coesão e revitaliza a Corporação em sua relação com a comunidade. As atividades de treinamento permitem ao profissional da Polícia Militar atualização de temas sociais e jurídicos, adequando-os a conceitos modernos devidamente ajustados aos preceitos desejados pela comunidade. As atividades de treinamento buscam proporcionar condições efetivas para a padronização de procedimentos e unidade de doutrina. Nesse sentido o Departamento de Ensino Instrução e Pesquisa (DEIP) pode atuar como agente catalisador, articulando pesquisa, produção e difusão dos meios de treinamento. Cabe ao corpo docente do CFSd-PM trabalhar para que não prevaleça apenas o apontado por Dias Neto:

O Estado também deseja a extensão e generalização da cultura, e tem em mãos os instrumentos para isso. Tem interesse no desenvolvimento intelectual de uma geração, para fazê-la servir e ser útil às instituições estabelecidas. Quer fazer acreditar que é fim supremo da humanidade, não havendo dever maior para o homem do que servi-lo; apresenta-se como o ‘mistagogo da cultura’, o mentor das artes, quando, na verdade, visa apenas ao próprio interesse - ou seja, formar quadros de funcionários para mantê-lo existindo.¹⁴⁵

No campo policial, no mínimo três grupos estão em competição pelo direito de definir um programa de conhecimentos básicos e organizar um currículo de formação das forças de segurança pública. Nesses grupos se incluem os acadêmicos, os líderes da polícia, geralmente os administradores e, finalmente, os policiais que atuam na rua. Considerando a escassez de mestres e doutores em educação nas polícias militares que se dediquem à pesquisa do tema, tem-se dificuldade para reunir os desafios suscitados pelos três grupos descritos, situação que permitiria agrupar os problemas e qualificar mais rapidamente o corpo de profissionais que forma os novos integrantes da Polícia Militar.

3.3 O Curso de Formação de Soldados

O cerne da definição de currículo segundo Saul é “decidir-se por uma determinada concepção que inclua compromissos sociais e políticos”¹⁴⁶ cuja preocupação latente no trabalho com o currículo requisita o posicionamento diante dos valores da sociedade, do ser humano em construção e do formato da escola que se idealiza. Sobre o perfil da escola e dos

¹⁴⁴ MONJARDET, 2003.

¹⁴⁵ DIAS NETO, T. *Policiamento comunitário e controle sobre a polícia: a experiência norte-americana*. São Paulo: IBCCRIM, 2000. p. 82.

¹⁴⁶ SAUL, A. M. *Avaliação emancipatória: desafio à teoria e à prática da avaliação e reformulação de currículo*. São Paulo: Cortez, 1988. p. 34.

alunos que se deseja formar, este perfil define a maneira como se dará o planejamento curricular, de forma participativa ou autoritária e também a escolha dos educadores de acordo com o comprometimento com as camadas populares da sociedade. Sob esta ótica o currículo pode ser compreendido como “um conjunto de decisões educativas para a escola, que se institucionalizam em instâncias mais globais da educação e se concretizam em sala de aula”.¹⁴⁷ Tal percepção parte da pluralidade de abrangência do currículo em questão, com base filosófica, sociológica, epistemológica, psicológica e antropológica, que direcionam juntamente com as características políticas e administrativo-institucionais, que definem, de acordo com Saul, compreensão desde a concepção (currículo formal) até a sua aplicação em sala de aula (currículo em ação).

A formação do soldado da polícia militar para uma sociedade democrática deve viabilizar o resgate da valorização como núcleo central da prática educativa, sendo um dos elementos de promoção da qualidade na prestação de serviços, neste sentido:

A administração participativa, essencialmente democrática, tem o mérito de diminuir sensivelmente os níveis de frustração e agressividade, reações incompatíveis com o espírito de camaradagem, cooperação e esforço conjunto, essenciais à manutenção do elevado moral de uma tropa. Quanto a isso, já ficou demonstrado que os grupos democráticos são os que revelam melhor moral de grupo em relação aos autoritários.¹⁴⁸

Toda e qualquer política curricular, parte de um ideal a ser atingido em sala de aula, contudo, para que este ideal seja alcançado, também é preciso comprometimento no trabalho do docente. Desta maneira, o grau de importância do trabalho docente na prática do “currículo em ação e para reflexão” está prevista de maneira implícita. Este trabalho exige por parte do instrutor ou monitor do CFSd um posicionamento que mude a relação com o próprio currículo, compreendendo que a rotina policial não se constitui apenas de ser um soldado combatente, mas ela é peça de confronto direto com o crime/violência. Logo o contato inevitável com a morte é real e constante, necessitando de uma abordagem específica sobre este tema no processo de formação do policial militar. Dentro do ensino da formação do soldado da polícia militar “a educação não tem e não pode ter um continente sólido para suas ações. Seu espaço próprio é um certo campo dinâmico de forças interativas, sempre fluido, sempre tenso e sujeito a recomendações”.¹⁴⁹

¹⁴⁷ SAUL, 1988, p. 38.

¹⁴⁸ LUDWIG, 1998, p. 80.

¹⁴⁹ SEVERINO, A. J. *Metodologia do Trabalho Científico*. 22 ed. São Paulo: Cortez, 2002. p. 110.

É importante salientar que o currículo que compreende um curso de formação de soldados deve partir da estimativa do policial que se deseja formar para atuar na sociedade, buscando a partir desse perfil a transmissão de valores, diálogos interdisciplinares e a construção de saberes durante a formação do soldado como ser social.

O instrumento denominado como currículo é construído a partir de um processo que envolve a interpretação da rotina policial, inserida no contexto da educação. Entretanto, ao mesmo tempo em que o currículo apresenta a rotina diária, esconde a realidade enfrentada no cotidiano. O currículo não deve ser soberano, indicador de todos os procedentes existenciais na prática, mas, o mesmo deve ser constituído sob a reflexão de um processo histórico, político e humano, resultado de uma leitura que contempla uma adequação na inserção dos estudos frente à cultura, contexto e problematizações da sociedade, humanidade, e frente ao objetivo almejado.

Portanto recomenda-se a revisão sistemática de conteúdos ministrados em escolas de formação de soldados, mesmo que haja bases pedagógicas que fundamentem as conceituações da aprendizagem proposta. É de suma importância que a corporação se preocupe em ter soldados preparados física, instrutiva e psicologicamente para “arrefecer o caráter original de cada um, transformar o conjunto diversificado em massa homogênea, capaz de responder, de modo reflexo, às ordens emanadas” de seus superiores, melhor atuando profissionalmente.¹⁵⁰

O ensino humanizado e democratizado contempla o respeito ao processo formativo do soldado como o cerne da questão produzindo ambiente e condições psicológicas para lidar com as vivências do cotidiano. Nesse ambiente humanizado de formação, a temática pesquisada encontra espaço para formar um profissional conhecedor das questões da vida e da morte, não só pela vivência natural que a profissão impõe, mas também por uma via educativa que o permita compreender a morte como condição do ser humano.

Destaca-se para o conhecimento da estrutura do Curso de Formação de Soldados da PMES a Matriz Curricular¹⁵¹ com as respectivas ementas das disciplinas compostas e adotadas para preparar e formar profissionais que posteriormente irão assumir o posto de policiais nas estruturas de defesa do Estado. O curso é ministrado em período integral com duração aproximada de sete a nove meses, incluindo a realização de estágio supervisionado.

A matriz curricular (2014) do CFSd analisada contempla 920 horas de formação distribuídas entre disciplinas organizadas a partir de quatro eixos: Eixo I – Fundamentos.

¹⁵⁰ LUDWIG, 1998, p. 36.

¹⁵¹ ESPÍRITO SANTO (Estado). *Polícia Militar. Curso de Formação – PMES*. Vitória, [2014]. Documento interno disponibilizado durante a pesquisa.

Designa 64 horas de conteúdo distribuídos em 4 disciplinas correspondendo a 7% da carga horária total do curso. Eixo II – Conhecimento Jurídico Aplicado. Designa 232 horas de conteúdo distribuídos em 10 disciplinas correspondendo a 25,2% da carga horária total do curso. Eixo III – Procedimentos Operacionais. Designa 520 horas de conteúdo distribuídos em 17 disciplinas correspondendo a 56,5% da carga horária total do curso. Eixo IV – Complementar. Designa 104 horas de conteúdo distribuídos em 5 disciplinas correspondendo a 11,3% da carga horária total do curso.

Em panorâmica análise da matriz curricular e considerando a distribuição percentual de carga horária entre os eixos observa-se um processo de formação com ênfase em procedimentos técnicos voltados à aplicação e conduta do profissional militar, conforme observado no perfil das disciplinas que compõem o Eixo III (que responde por mais da metade de toda a carga horária do curso) e algumas disciplinas do Eixo IV como Ordem Unida e Educação Física.

O Eixo I (Quadro 1) trata dos Fundamentos que norteiam o processo de formação. Neste eixo estão incluídas 4 disciplinas constituindo 64 horas de formação, conforme Quadro 1. As disciplinas são: Abordagem Sócio-psicológica da Violência e do Crime, História da PMES, Ética e Cidadania e Sistema de Segurança Pública no Brasil. Destaca-se junto às disciplinas abordagens de ordem psicológica, histórico-social, conceitos ligados à ética e cidadania, aos fenômenos que envolvem a violência e o crime e ao sistema de segurança pública no Brasil.

Quadro 1 – Eixo I Fundamentos da Matriz curricular 2014 do CFSd – PMES

Eixo I – Fundamentos		
<i>Disciplina</i>	<i>Carga Horária</i>	<i>Ementa</i>
Abordagem sócio-psicológica da Violência e do Crime	25h	<i>Conceitos de violência e de crime em seus vários aspectos: violência institucionalizada, violência estrutural e violência urbana. Mediações e contradições existentes entre as questões sociais e os fenômenos da violência: cultura do medo, vulnerabilidade social, cultura da violência, violência, insegurança e imaginário do medo.</i>
História da PMES	13h	<i>Introdução: A origem das PM no mundo e no Brasil. A origem da PM no Espírito Santo; precursor da criação; as Polícias Militares após a independência. A criação das Polícias Estaduais brasileiras. A criação da Polícia Militar do Espírito Santo. O ato de criação, a solidificação, regulamentação, evolução, extinção, recriação da Guarda de Polícia capixaba. A PMES na Guerra do Paraguai. Primeiros heróis da PMES. Comandos em destaque e denominações no império. Evolução da Força Policial ES após a Revolução de 1932, A PMES após 2ª Guerra mundial. A PMES no Caparaó, as mulheres na PMES. O brasão de armas da PMES. Comandos em destaque, denominações, uniformes e organização.</i>

Ética e Cidadania	15h	<i>Conceitos e relação entre si: ética, deontologia, moral, cidadania e direito. Relação entre valores e deveres. A profissão dos profissionais de segurança pública fundamentada na ética. A situação ética das polícias em relação às exigências legais e às expectativas dos cidadãos. Ética corporativa versus ética cidadã. Atitudes profissionais éticas. Formas de uso de força, responsabilidade e ética. Ações decorrentes da não conformidade com os princípios éticos sociais e corporativos. A função do profissional da área de segurança pública e suas responsabilidades - a necessidade de um código de ética profissional.</i>
Sistema de Segurança Pública no Brasil	11h	<i>Conceito de segurança pública e seus diferentes paradigmas. O ministério da justiça e a segurança pública. Órgãos de segurança do ministério da justiça: Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP), Força Nacional de Segurança Pública, Rede Infoseg, Pefron. Plano nacional de segurança pública. Gabinete de Gestão Integrada. Estrutura Federal de Segurança Pública: Polícias Federal, Rodoviária e Ferroviária. A organização internacional de polícia criminal - Interpol. Estrutura Estadual de Segurança Pública: Polícia Militar, Polícia Civil e Corpo de Bombeiros Militar. Atribuições das guardas municipais à luz da Constituição Federal. Órgãos Essenciais à Persecução Criminal e à Segurança Pública no Brasil. As atribuições do Ministério Público e do Poder Judiciário no quadro da Segurança Pública</i>

Fonte: Extraído de: ESPÍRITO SANTO (Estado), [2014].

O Eixo II trata do Conhecimento Jurídico Aplicado. Este eixo está constituído de um conjunto de disciplinas sob uma abordagem predominantemente jurídica, conforme Quadro 2. Neste eixo estão incluídas 10 disciplinas constituindo 232 horas de formação. As disciplinas são: Introdução ao Estudo do Direito, Direito Administrativo, Direito Constitucional, Direito da Infância e Juventude, direito Militar, Direito Penal, Direito Processual Penal, Direitos Humanos e Legislação Policial Militar I e II. Destaca-se também junto às disciplinas abordagens de ordem psicológica, histórico-social, conceitos ligados à ética e cidadania, aos fenômenos que envolvem a violência e o crime e ao sistema de segurança pública no Brasil.

Quadro 2 – Eixo II Conhecimento Jurídico Aplicado da Matriz curricular 2014 do CFSd – PMES

Eixo II - Conhecimento Jurídico Aplicado		
Disciplina	Carga Horária	Ementa
Introdução ao Estudo do Direito	15h	<i>Evolução do Estado: passagem do estado de natureza para o estado civil, do Estado absoluto ao Estado democrático de direito. Formalização do Estado, constituição e ordenamento jurídico. Conceito de direito. Harmonização do exercício das liberdades individuais. Ordenamento jurídico, norma jurídica e fontes do direito: conceitos e características. Coação e Coerção. Fundamentação do uso do monopólio da força por parte do Estado. Normas jurídicas: espécies e hierarquia constantes no art. 59 da CF. Noções de processo legislativo, especialmente da iniciativa das leis. Vigência e Vacatio legis. Retirada das normas do mundo jurídico: revogação, derrogação e ab-rogação. Lei geral e Lei especial. Repristinção. Ato jurídico perfeito e acabado, coisa</i>

		<i>julgada e direito adquirido. Regime jurídico. Noções de antinomia e critérios de solução. Critério hierárquico, de especialidade e cronológico.</i>
Direito Administrativo	15h	<i>Noções sobre o direito administrativo: conceito, objeto e regime jurídico-administrativo. A polícia militar no contexto da administração pública. Princípios de direito administrativo e dos princípios básicos da administração. Poderes administrativos com ênfase no poder de polícia. Atos administrativos. Responsabilidade civil do Estado: conceito, responsabilidade estatal, ação regressiva. Responsabilidade dos agentes públicos por atos praticados no exercício de sua atividade.</i>
Direito Constitucional	25h	<i>Constitucionalismo. O direito constitucional e a constituição: conceitos, características, classificação. Hierarquia das leis e o papel dos tratados internacionais. A organização do Estado. A organização do Estado brasileiro democrático de direitos e deveres individuais e coletivos gerais. Os aspectos constitucionais relacionados com os princípios básicos legais de cidadania, isonomia legal, liberdade constitucional, inviolabilidade, direitos do consumidor. Direitos e deveres individuais e coletivos processuais e penais. O tribunal de júri, as penas e os direitos dos presos, remédios constitucionais, imunidade parlamentar: condições e procedimentos legais. Forças Armadas: composição e missão constitucional.</i>
Direito da Infância e Juventude	13h	<i>A convenção dos direitos da criança: a adequação legislativa tutelar à constituição federal. A legislação menorista tratada na Constituição da República. A proteção tutelar dos direitos humanos. A teoria da situação irregular X A teoria da proteção integral: o contexto interdisciplinar. Os direitos fundamentais da criança e do adolescente. As medidas de proteção. Ato infracional. A inimizabilidade infanto-juvenil. Medidas sócio-educativas. Da prevenção e dos produtos e serviços. A política de atendimento. Direitos do adolescente privado da liberdade. Medidas pertinentes aos pais ou responsáveis. Órgãos do sistema tutelar da infância e da adolescência. Crimes e infrações administrativas praticadas contra crianças e adolescentes.</i>
Direito Militar	15h	<i>Introdução ao direito militar. Conceito de direito penal militar. Crime militar. Pessoa do militar. Classificação dos crimes militares (próprios ou impróprios). Crimes considerados militares em tempos de paz. Conceito de superior. Justiça militar. Inquérito policial militar. Competência da polícia judiciária militar. Conceito, finalidade, características, instauração, relatório, solução e prazo IPM. Penas no direito penal militar. Efeitos da condenação. Crimes militares em espécie: motim e revolta; alicição para motim ou revolta; incitamento; apologia de fato criminoso, ou do seu autor; violência contra superior; desrespeito a superior; desrespeito a símbolo nacional; recusa de obediência; reunião ilícita; publicação ou crítica indevida; uso indevido por militar de uniforme, distintivo ou insígnia; uso indevido de uniforme, distintivo ou insígnia militar por qualquer pessoa; violência contra inferior; fuga de preso ou internado; deserção e modalidades assimiladas; abandono de posto; descumprimento de missão; embriaguez em serviço; dormir em serviço; pederastia ou outro ato de libidinagem; furto de uso; desaparecimento; consunção ou extravio; desacato a militar; desobediência.</i>

Direito Penal	47h	<i>Conceito do direito penal; princípios do direito penal. Infração penal: elementos, espécies, sujeito ativo e sujeito passivo. Tipicidade, ilicitude e culpabilidade, com suas respectivas causas de exclusão. Crimes dolosos, culposos e preter-dolosos. Tentativa e crime consumado. Desistência voluntária, arrependimento eficaz e arrependimento posterior. Concurso de pessoas. Noção de penas e suas espécies. Crimes contra a pessoa. Crimes contra o patrimônio. Crimes contra os costumes. Crimes contra a paz pública. Crimes contra fé pública. Crimes contra a administração pública. Crimes de registro, porte, uso, posse e comercialização ilegal de armas de fogo - Lei nº 10.826/03; Crime de tortura - Lei nº 9.455/97. Crimes relativos ao preconceito de raça e cor - Lei nº 7.716/89, nº 8.081/90 e nº 9.459/97. Crimes na Lei de drogas - Lei nº 11.343/06. Crimes de abuso de autoridade - Lei nº 4.898/65. Contravenções Penais mais relevantes - Decreto - Lei nº 3.688/41</i>
Direito Processual Penal	17h	<i>A persecução penal e suas fases. Inquérito e processo. Noção sobre atividade de polícia judiciária militar. Inquérito policial: conceito, finalidade, características, notícia crime. Providências adotadas no curso do processo, diligências e relatório. Noção de ação penal: ação penal pública incondicionada, ação penal pública condicionada, ação penal privada, ação penal privada subsidiária da pública, peça acusatória iniciadora da ação penal. Prisão: conceito e espécies. Liberdade provisória, fiança, prisão em flagrante: modalidades, aspectos legais, espécies de flagrante, auto de prisão em flagrante. A prova no processo penal: Conceito e modalidades.</i>
Direitos Humanos	25h	<i>Fundamentos históricos e filosóficos dos direitos humanos. Formação e justificação racional do Estado moderno. Modelo jusnaturalista contratualista do Estado. Revoluções burguesas e as primeiras declarações de direitos humanos. Evolução e construção histórica dos direitos humanos (gerações/dimensões). A organização das Nações Unidas (ONU): criação, organização e universalização dos direitos humanos. Normas internacionais de direitos humanos e princípios humanitários aplicáveis à função dos profissionais de segurança pública. Conduta ética e legal na aplicação da lei. Princípios e diretrizes sobre o uso da força e armas de fogo pelos agentes de segurança pública. Conduta ética e legal na aplicação da lei. Princípios e diretrizes sobre o uso da força e armas de fogo pelos agentes de segurança pública (PBUFAF e Portaria Interministerial nº 4.226, de 31/12/2010). Convenção contra a tortura. Vítimas de criminalidade e do abuso de poder. Poderes básicos para aplicação da lei. Atuação policial na defesa dos direitos humanos de pessoas em situação de vulnerabilidade social. A cidadania do profissional da área de segurança pública (Portaria Interministerial nº 2, de 15/12/2010).</i>
Legislação Policial Militar I	35h	<i>Constituição federal e estadual: direitos políticos, sociais e trabalhistas dos policiais. Situação funcional e deveres constitucionais dos militares estaduais. Missão e função constitucional da polícia militar, estatuto dos militares do Espírito Santo; situação; hierarquia e disciplina; valor, ética, deveres e compromisso. Crimes militares, transgressão disciplinar e processos administrativo-disciplinares. Direitos: remuneração; férias, licenças e outros afastamentos. Situação de ausência, deserção, desaparecimento, extravio, falecimento, transferência para reserva remunerada e reforma. Licenciamento e exclusão a bem da disciplina. Tempo de serviço. Legislação de remuneração. Sistema de previdência dos servidores estaduais. Tempo de serviço. Legislação de remuneração. Sistema de previdência dos servidores estaduais. Legislação de ingresso e promoção de praças e oficiais administrativos. Legislação de saúde: conceito de acidente de</i>

		<i>serviço, preenchimento e encaminhamento da comunicação de acidente de serviço, modalidade de afastamento de serviço do policial militar.</i>
Legislação Policial Militar II	25h	<i>Esfera de ação do regulamento disciplinar e competência para sua aplicação. Transgressão e sanções disciplinares. Comportamento militar estadual. Processos disciplinares. Pena acessória. Classificação da transgressão conforme o enquadramento. Fixação da sanção. Desclassificação e conversão em serviço extraordinário, atenuação e agravação. Nota de punição. Reabilitação e classificação de comportamento. Direitos e recompensas. Transgressões disciplinares.</i>

Fonte: Extraído de: ESPÍRITO SANTO (Estado), [2014].

O Eixo III trata de Procedimentos Operacionais, conforme Quadro 3. Apresenta um conjunto de disciplinas aplicadas às temáticas profissionalizantes incluindo conteúdo técnico e procedimental que caracterizam as práticas e a carreira militar. Neste eixo salienta-se a realização de estágio supervisionado, porém não consta na ementa as atividades a serem realizados, apenas atribui-se o seu planejamento ao Centro de Formação e respectiva aprovação pelo DEIP. Neste eixo estão incluídas 17 disciplinas constituindo 520 horas de formação. As disciplinas são: Armamento Policial, Defesa Pessoal Policial, Primeiros Socorros, Policiamento Ostensivo de Trânsito, Policiamento Ostensivo Geral I, Policiamento Ostensivo Geral II, Operações de Policiamento Ostensivo, Uso da força e Armas de Fogo I, Uso da força e Armas de Fogo II, Preservação e Valorização da Prova, Procedimentos Policiais em Crimes Ambientais, sistema de Polícia Comunitário-Interativo, Técnicas e tecnologias não letais, Telecomunicações na PMES, Gerenciamento de Crises, Condutor de Veículos de Emergência, Estágio Profissional Supervisionado.

Quadro 3 – Eixo III Procedimentos Operacionais da Matriz curricular 2014 do CFSd – PMES

Eixo III - Procedimentos Operacionais		
Disciplina	Carga Horária	Ementa
Armamento Policial	31h	<i>Histórico e evolução das armas de fogo. Classificação do armamento leve. Classificação das munições, constituição, identificação, tipos de projéteis e espoletas. Processo de disparo. Balística e poder de parada. Armamento: características técnicas, desmontagem e montagem de 1º escalão, munições utilizadas, manejo, inspeção preliminar, emprego operacional, incidentes de tiro e condução das armas do mosquetão M968 cal 7,62mm, Fuzil - SA imbel cal 7,62mm, Revólver taurus cal. 38, pistola taurus cal. 40, carabina e submetralhadora cal 40 e espingarda cal 12 CBC 586-2 ou P.</i>

Defesa Pessoal Policial	40h	<i>Conceitos básicos de utilização legal e progressiva da força, técnicas de rolamento e amortecimento de quedas. Aplicação de técnicas de controle e domínio de agressores de forma coordenada, em variadas situações práticas da vida policial. Aplicação de técnicas de imobilização; estrangulamento, chave de braço, esquiva, defesa contra agressões desferidas à mão livre e por objetos perfurantes ou contundentes. Aplicação de técnicas de ataque e defesa com a utilização da tonta (PR-24) e com as mãos livres. Defesa contra arma de fogo.</i>
Primeiros Socorros	25h	<i>Proteção do socorrista (EPI's, prevenção de infecto - contágio, assepsia de viaturas), noções básicas de anatomia/fisiologia (sistema do corpo, regiões e cavidades corporais), avaliação e cuidados na cena de um acidente, avaliação de vítima (primária/secundária), RCP, obstrução das vias aéreas por corpos estranhos, afogamento, choque (tipo de choque/ estado de choque), hemorragias, ferimentos (PAB,PAF), traumas (crânio-encefálico, raquimedular, tórax, movimentação) parto de emergência, fraturas, luxações e entorses, prevenção da raiva, movimentação e transporte de feridos.</i>
Policimento Ostensivo de Trânsito	19h	<i>Sistema nacional de trânsito. Medidas administrativas e processo administrativo. Atuação do policial militar na fiscalização e atendimento de ocorrências de acidente de trânsito. Confecção de documentos relacionados à fiscalização de trânsito.</i>
Policimento Ostensivo Geral I	31h	<i>Fundamentos do policiamento ostensivo: conceitos, características, princípios e variáveis. Uso progressivo da força policial. Técnicas preventivas do policiamento ostensivo. Abordagem policial e busca pessoal: fundamentação legal e doutrinária. Preenchimento de boletim de ocorrência policial. Procedimentos policiais em ocorrências envolvendo autoridades.</i>
Policimento Ostensivo Geral II	45h	<i>Tática individual: postura tática, movimentação, posições de condução de arma, perigo imediato, verbalização. Abordagem policial: fundamentação legal e aspectos gerais. Abordagem a pessoa (s) a pé. Uso de algemas. Abordagem a veículos. Abordagem a edificações.</i>
Operações de Policiamento Ostensivo	17h	<i>Conceitos operacionais e táticos; patrulha urbana; operações de acompanhamento; cerco e bloqueio policial; atuação do policiamento ostensivo em manifestações.</i>
Uso da força e Armas de Fogo I	40h	<i>Fundamentos do tiro. Prática de fundamentos do tiro, com revólver cal.38 e pistola 40. Prática de tiro com carabina taurus cal 40. Prática de tiro com espingarda cal. 12, prática de tiro noturno.</i>
Uso da força e Armas de Fogo II	40h	<i>Curso básico de tiro defensivo na preservação da vida - "método Giraldi", com revólver cal. 38. Curso básico, pistola policial de instrução e pista policial de instrução e pista policial de aplicação com pistola cal 40. Investimento e valorização policial.</i>
Preservação e Valorização da Prova	15h	<i>A importância da perícia: requisição da perícia; local de crime; classificação dos locais de crime; vestígios; isolamento e preservação de local de crime; procedimentos policiais; responsabilidade do primeiro policial, responsabilidade da autoridade policial. A imprensa no local de crime. Perícias externas: perícias de crimes contra a vida, contra o patrimônio; de trânsito, vistorias perícias de engenharia legal. Perícias internas e de laboratórios: balística forense. Laudos periciais: perícia oficial e seu enfoque jurídico e doutrinário. Importância do conhecimento da medicina legal. Serviços do DML. Identificação do médico legal. Tanatologia. Traumatologia: instrumentos mecânicos, químicos, de ordem física e físico-químico.</i>
Procedimentos Policiais em Crimes Ambientais	17h	<i>Conceitos gerais sobre meio ambiente. Princípios do direito ambiental. Constituição e meio ambiente. Sistema nacional de meio ambiente: órgãos integrantes e suas competências. O batalhão de polícia militar ambiental: histórico, missão e estrutura. O policiamento ostensivo ambiental: áreas de atuação, meios, técnicas e métodos. Legislação ambiental aplicada à fauna silvestre brasileira. Legislação aplicada à poluição e a degradação ambiental. Procedimento padrão para</i>

		<i>atendimento de ocorrências ambientais. Princípios e objetivos da educação ambiental</i>
Sistema de Polícia Comunitário-Interativo	21h	<i>Contextualização histórica e social: considerações históricas iniciais sobre o emprego das polícias no mundo. Os princípios de Robert Pael: o marco histórico das transformações das forças policiais no mundo. As transformações policiais nos Estados Unidos. A polícia brasileira: aspectos históricos, sua formação, truculência e a corrupção policial. Os problemas da sociedade atual. A complexidade das comunidades e o bairro como unidade urbana. As agências de controle social: o delineamento do convívio em sociedade. A polícia comunitária - aspectos doutrinários: conceito de polícia comunitária. O que a polícia comunitária NÃO É. Os nove P's do policiamento comunitário. Os 10 princípios do policiamento comunitário, concepções sobre segurança pública no Brasil. Polícia comunitária comparada: a polícia comunitária no mundo globalizado. Os Estados Unidos da América: do rádio patrulhamento à aproximação, Kobans e Chuzaishos: a experiência japonesa. As boas práticas brasileiras, as bases comunitárias em São Paulo, as unidades de polícia pacificadora do Rio de Janeiro. A integração das polícias estaduais em Minas Gerais. A polícia comunitária no Espírito Santo: "a polícia interativa". A segurança pública no Brasil e a busca por novos modelos. O modelo de policiamento interativo no Espírito Santo, parâmetros para sistematização do modelo, definindo o modelo, principais objetivos, principais características. Os conselhos interativos de segurança pública (CISEG). As ferramentas de interação: as modalidades de interação, as ferramentas de interação. Os serviços de atendimento aos cidadãos (SAC), as urnas interativas, as operações panfletagens, o envolvimento da atuação dos órgãos de inteligência e repressão da PMES, as visitas tranquilizadoras, missões cotidianas dos policiais interativos, o PROERD e a atuação da polícia nas escolas. Os "territórios de paz", a diretoria de direitos humanos e polícia comunitária (DDHPC), outras experiências exitosas. O caso morro do Quadro - Vitória e o REPS (Rede de Promoção de Ambientes Seguros) - Guarapari, Patrulha da comunidade.</i>
Técnicas e Tecnologias não letais	17h	<i>Armamentos e equipamentos não letais: conceitos, classificação, aspectos jurídicos (legais). Aspecto semântico e ético. Classificação. Equipamentos de proteção individual (EPI) e equipamentos de proteção coletiva (EPC): aspectos gerais. Coletes balísticos. Granadas. Lançadores e pistolas elétricas (taser e spark). Munições de impacto controlado.</i>
Telecomunicações na PMES	17h	<i>Importância de um sistema de comunicação diferenciado para o serviço operacional da PMES; comunicações em momentos de crise: o conceito de comunicações críticas; fundamentos da radiocomunicação; sistemas analógicos de radiocomunicação; sistemas digitais de radiocomunicação e o padrão APCO25; equipamentos de radiocomunicação digitais utilizados na PMES; utilização do sistema de radiocomunicação; o CIODES e suas tecnologias; organograma e estrutura do CIODES; recursos tecnológicos: E-COPS, SISPEs, GEORAST, CONECTA; e segurança na palma da mão.</i>
Gerenciamento de Crises	15h	<i>Histórico, princípios e conceito de gerenciamento de crises. Característica, visão geral e as posturas gerenciais básicas numa crise. Análise do local da ocorrência e organização do teatro de operações. Papel e responsabilidade do gerente de crise. Critérios para a tomada de decisão. Fases do gerenciamento de crises. Atuação do 1º interventor e acionamento do BME. Tipologia dos tomadores de reféns, 1ª alternativa tática: a negociação. Síndrome de Estocolmo. Regras básicas de negociação. Sinais que indicam o progresso das negociações. Negociação com suicidas. 2ª alternativa tática: técnicas não letais. 3ª alternativa tática: tiro de comprometimento. 4ª alternativa tática: invasão tática.</i>

Condutor de Veículos de Emergência	50h	<i>Legislação de trânsito, determinações do CTB (código de trânsito brasileiro) em relação aos seguintes temas: categoria de habilitação e relação com veículos conduzidos; documentação exigida para condutor e veículo; sinalização viária; infrações, crimes de trânsito e penalidade; regras gerais de estacionamento, parada e circulação. Legislação específica para veículos de emergência: responsabilidade do condutor de veículos de emergência. Direção defensiva tendo como foco: acidente evitável ou não evitável; como ultrapassar e ser ultrapassado; o acidente de difícil identificação da causa; como evitar acidentes com outros veículos; como evitar acidentes com pedestres e outros integrantes do trânsito (motociclista, ciclista, carroceiro, skatista); a importância de ver e ser visto: veículo, condutor e pedestre; a importância do comportamento seguro na condução de veículos especializados; comportamento seguro e comportamento de risco - diferença que pode poupar vidas. Noções de primeiros socorros, com ênfase nas primeiras providências relativas à sinalização do local do acidente; acionamento de recursos em casos de acidentes; verificação das condições gerais das vítimas; cuidados com a vítima (o que não fazer). Respeito ao meio ambiente, partindo da premissa do veículo como agente poluidor do meio ambiente: regulamentação do CONAMA (conselho nacional do meio ambiente) sobre poluição ambiental causada por veículos; emissão de gases; emissão de partículas (fumaça); emissão sonora; manutenção preventiva do veículo para preservação do meio ambiente. Convívio social no trânsito, considerando-se o indivíduo, o grupo e a sociedade em relação aos seguintes assuntos: relacionamento interpessoal; o indivíduo como cidadão; a responsabilidade civil e criminal do condutor perante o CTB. Relacionamento interpessoal nos seguintes aspectos: aspecto do comportamento e de segurança na condução de veículos de emergência; comportamento solidário no trânsito; responsabilidade do condutor em relação aos demais atores do processo de circulação; respeito às normas estabelecidas para segurança no trânsito; papel dos agentes de fiscalização de trânsito; atendimento às diferenças e especificidades dos usuários (pessoas portadoras de necessidades especiais, faixa etária, outras condições); características dos usuários de veículos de emergência; cuidados especiais e atenção que devem ser dispensados aos passageiros e aos outros atores de trânsito, na condução de veículos de emergência.</i>
Estágio Profissional Supervisionado	80h	<i>O Estágio Profissional Supervisionado deve ser desenvolvido conforme planejamento específico apresentado pelo Centro de Formação e Aperfeiçoamento e aprovado pelo DEIP.</i>

Fonte: Extraído de: ESPÍRITO SANTO (Estado), [2014].

O Eixo IV foi denominado Complementar e reúne disciplinas com conteúdo diversificado tratando de diversos temas relacionados à conduta profissional e imagem institucional, educação física e acompanhamento psicopedagógico, conforme Quadro 4. Neste eixo estão incluídas 5 disciplinas constituindo 104 horas de formação. As disciplinas são: Conduta profissional (cuja carga horária e respectivo ementário apenas aponta para um processo de avaliação interna), Ordem Unida, Educação Física, Imagem Institucional, Acompanhamento Psicopedagógico.

Quadro 4 – Eixo IV Complementar da Matriz curricular 2014 do CFSd – PMES

Eixo IV- Complementar		
<i>Disciplina</i>	<i>Carga Horária</i>	<i>Ementa</i>
Conduta Profissional	---	<i>A disciplina Conduta Profissional tem forma de avaliação interna.</i>
Ordem Unida	21h	<i>Sinais de respeito. Continência individual. Continência de tropa a pé firme, em deslocamentos e em desfiles; formações militares: terminologias. Instrução individual e coletiva sem arma. Instrução individual e coletiva com arma.</i>
Educação Física	64h	<i>Definições de saúde e fatores influenciadores. Importância da prática do exercício físico para melhoria da qualidade de vida. Noções de fisiologia do exercício. Aplicações de exames e avaliações físicas. Orientações nutricionais e hábitos alimentares saudáveis. Princípios e efeitos do treinamento físico. A atividade física funcional e as qualidades físicas. Prática do treinamento aeróbico e anaeróbico.</i>
Imagem Institucional	11h	<i>A importância do estudo da comunicação. Definição de comunicação. Modelos de comunicação. Linguagem e significado. Envolvimento na comunicação não verbal. Escutar e responder aos outros. Comunicação interpessoal. Direito à informação. Comunicação Pública. Comunicação de massa. Marketing pessoal. Imagem institucional. Gestão de imagem da marca. Imagem Organizacional. Elementos componentes da imagem organizacional. Pilares da imagem. Dimensões da imagem. Como se relacionar com a imprensa. Procedimentos em locais de ocorrência.</i>
Acompanhamento Psicopedagógico	8h	<i>Abordagem pedagógica sobre as interferências no processo ensino X aprendizagem. Potencial intelectual: conceitos e possibilidades. Fatores determinantes na aprendizagem. Orientação e acompanhamento do processo ensino X aprendizagem. Relação poder X autoridade. Processo grupal. Auto- avaliação do corpo discente e docente.</i>

Fonte: Extraído de: ESPÍRITO SANTO (Estado), [2014].

Traçando as considerações sobre o currículo apresentado, e partindo da análise dos conteúdos propostos nas ementas das disciplinas, aconselha-se correlacionar as disciplinas entre si, como recurso de correlação entre os eixos e respectivas finalidades: os fundamentos (as bases teóricas), os conhecimentos jurídicos (aplicações), procedimentos (operacionalizações) e complementos (as transversalidades).

Porém, o currículo não remete apenas à “simples” formação do soldado, enquanto um servidor público, mas em sua potencialidade pode explicitar uma estrutura que possibilite um profissional preparado para múltiplas situações, inclusive relativas às vivências traumáticas, de modo a poder encará-las auxiliado por uma formação psicológica e filosófica acerca de questões oriundas da vida e da morte. Nesse sentido, é preciso refletir o quanto o treinamento militar, calcado no autoritarismo congênito, contribui para uma desqualificação de áreas importantes em sua formação, tais como a psicologia, a religião¹⁵² e a filosofia. Essas

¹⁵² A religião referida não significaria o ensino de uma religião institucional, mas sim de aspectos tratáveis de uma espiritualidade laica, comum a todos os seres humanos.

áreas respondem pela compreensão de si mesmo, enquanto ser-no-mundo, e pelo sentido da vida, importante para a saúde integral do ser humano, tal como vimos no segundo capítulo.

Como se pode perceber, o currículo analisado de acordo com as reflexões apontadas neste estudo revela uma lacuna relacionada à formação humana, pois todo ele é voltado para o combate, jurisdição e contextualização da história da PMES. O policial parece ser preparado tecnicamente para a profissão, porém, as estruturas emocionais, consideradas em perspectiva psicológica, bem como questões relativas à produção de sentido, de certa forma estão ausentes, considerando que não se apresentam no ementário do currículo em questão. Os pontos que se especificam ao detalhar o currículo supracitado abarcam temas como criminologia, toxicologia, sociologia, primeiros socorros e emergências, psicologia,¹⁵³ armamento, informática, tecnologia, dentre outros.

A Matriz Curricular apresentada parece criar um meio de aproximação entre os militares e os cidadãos buscando uma relação de respeito, cooperação e confiança com a comunidade, além de humanizar o papel do policial para que o público desmistifique a presença do militar.

No que concerne à distribuição dos conteúdos nas ementas das disciplinas identificou-se que o currículo não remete a nenhum tipo de abordagem referente à temática da morte e os conceitos do bem-viver. A Matriz Curricular, em sua proposta de formação, pouco explora as vivências e subjetividades do soldado, ou seja, aspectos relacionados a sentimentos, apreensões e angústias, resultantes do fato de estar lançado no mundo, como afirma Heidegger. Não conhecer a si próprio, suas pulsões, impulsões e limites, certamente compromete a difícil tarefa de zelar pela segurança do outro e de si mesmo. Na Matriz Curricular pouco percebe-se do policial tematizado como um *ser-com-os-outros*, ou seja, como indivíduo que se constrói nas relações com o outro antepassado (tradição), com o outro contemporâneo (família, amigos, inimigos, bandidos, etc.) e com o outro que virá (as futuras gerações). Ainda tratando-se da relação com o outro segundo Ferry, ou com a transcendência, segundo Eliade já comentados no capítulo 2, a dimensão religiosa apresenta-se como um lugar privilegiado para a produção de sentido.

Considerando ser o Brasil, em geral, e o Estado do Espírito Santo, em particular, lugares nos quais predomina a religião, é curioso que a Matriz Curricular do CFSd da PMES não preveja o estudo das múltiplas dimensões de sentido que compõem o mundo da vida, dentre elas

¹⁵³ Mesmo a disciplina que se ocupa de uma “abordagem sociopsicológica da violência e do crime”, tal como consta no currículo, não parece incluir questões psicológicas que respondam às crises existenciais derivadas da prática profissional.

a dimensão da espiritualidade (neste contexto laica, conforme citado por Ferry)¹⁵⁴ e suas manifestações. Embora não se identifique na matriz curricular analisada essas abordagens de fundo religioso tratando do sentido da vida, parte-se aqui do pressuposto de que tais realidades precedem a vida profissional de um soldado militar, pois o tocam nas questões mais fundamentais do ser. E, nesse sentido, não se poderia esquecer que antes de um soldado militar, estamos falando de um ser humano. Questões relativas à espiritualidade e à religião poderiam atribuir no currículo do CFSd sentido de bem viver e bem morrer, como bem citou Luc Ferry levantando reflexões sobre a finalidade última de seu papel profissional e na vida social em que está inserido. Um currículo humanizado propiciaria a discussão de questões próprias da vida e da morte e dos sentidos a elas atribuídos pelo soldado em formação, significando e resignificando as práticas e procedimentos apreendidos, incluindo um processo de reflexão dos fundamentos teóricos à luz do contexto vivido, que em si mesmo já possui significado.

A soma da carga horária nesse curso é de 920 (novecentos e vinte) horas totais, entre as quais não se percebe nenhuma abordagem sobre a intervenção policial perante a morte, nem como lidar com essa temática ao longo da profissão. A matéria na qual se esperaria abordar a morte/vida aparece como abordagem sociopsicológica da violência e do crime, e não como uma abordagem com viés da filosofia, que reflita sobre a vida e o que se compreende da mesma na perspectiva da morte, como foi ressaltado anteriormente. A disciplina de “primeiros socorros” constante no Eixo III que trata dos Procedimentos Operacionais, aparece como conteúdo preparatório que habilita o policial para lidar com a morte no gerenciamento de crises junto à comunidade, sob um viés técnico, objetivando sempre a preservação da vida. Mas, para além de instruções técnicas, não se trata somente de um preparo com vistas aos efeitos gerados da morte no lidar cotidiano do soldado militar. Ou seja, na ementa da disciplina de “primeiros-socorros”, identifica-se o tema morte tão somente privilegiado no contexto da prevenção e do cuidado, como uma abordagem de conteúdo que faz referência clara do socorro à vítima e socorro ao ferido. Entretanto, todas as técnicas ensinadas parecem referir-se a uma vítima encontrada com vida. O profissional no cotidiano pode deparar-se com o risco de morte iminente ou com a morte propriamente dita.

Como apresentado no curso de formação de soldados, a disciplina que trata do gerenciamento de crises é especificamente voltada para crises em ação, na prática ressaltando que a vítima possivelmente sempre sairá da cena com vida, como demonstra a ementa. O Currículo do Curso de Formação de Soldados da Polícia Militar considerando a matriz

¹⁵⁴ FERRY, 2007, p. 10.

analisada, orienta-se para um perfil de formação prática, privilegiando a perspectiva de trabalhar com a preservação da vida.

Uma corporação com soldados bem formados começa com a seleção de candidatos adequados ao cargo para o exercício da profissão, dispostos a respeitarem os valores que dizem respeito aos direitos humanos como aponta Osse,

Seleção e formação são duas faces da mesma moeda e tem por objetivo assegurar que as corporações policiais sejam ocupadas por pessoas capacitadas e dispostas a respeitar e proteger os direitos humanos. [...] A formação destina-se a assegurar que as habilidades e os conhecimentos profissionais que ainda não estão presentes sejam adquiridos, e também procurar moldar o comportamento futuro.¹⁵⁵

Para fazer parte da força policial militar do Estado do Espírito Santo, o candidato deve passar por um processo seletivo conforme Edital,¹⁵⁶ no qual se realiza uma prova objetiva e uma redação em caráter eliminatório. A segunda etapa consiste na apresentação dos documentos e na consequente conferência dos mesmos conforme o previsto pelo edital. A etapa seguinte é a de aptidão física, no qual o candidato é avaliado de acordo com os requisitos exigidos.

O candidato, na etapa preliminar, deve apresentar relacionamento interpessoal adequado, boa resistência à fadiga física e resistência às pressões psicológicas, nível de ansiedade em estado controlado, devido domínio psicomotor e adequado potencial de improvisação. Na etapa seguinte, chamada de específica, este deve controlar-se emocionalmente, apresentar nível de agressividade canalizada e devidamente controlada, ausência de fobias ou qualquer sinal de ansiedade, qualquer sinal de impulsividade deve ser o mínimo razoável e ter boa memória auditiva e visual. Num outro momento, o candidato deve apresentar nível elevado de flexibilidade de conduta, boa criatividade, boa autocrítica e disposição para trabalhar em nível elevado. Apresentar as características de elevado nível de autonomia, ótimo relacionamento interpessoal, excelente potencialidade de assimilação, boa capacidade de liderança e bom poder de mediação de conflitos, todos estes requisitos constantes no respectivo edital.

Levando em consideração que o policial não deve se restringir apenas ao meio de enfrentamento do crime e interação social civil, mas buscar a manutenção dos direitos da

¹⁵⁵ OSSE, A. *Entendendo a Polícia: um guia para ativistas de Direitos Humanos*. Tradução para o português: Galeno Faé de Almeida et al. Amsterdam: Amnesty International Nederland, 2007. p. 231. Disponível em: <<https://tinyurl.com/y2d6mvp2>>. Acesso em: 18 ago. 2019.

¹⁵⁶ ESPÍRITO SANTO (Estado). *Polícia Militar. Edital nº 001/2013 – CFSd/2014, de 18 de julho de 2013*. Disponível em: <<https://tinyurl.com/y2w424bz>>. Acesso em: 18 abr. 2019. [Edital do concurso para ingresso na formação da turma de 2014 dos futuros soldados da Polícia Militar do estado do Espírito Santo].

sociedade à segurança, e ser referencial para o bem-estar social. Para tal, o policial demanda um preparo realizado de maneira adequada, considerando aspectos físicos, mentais, emocionais e psicossociais. Na conjuntura atual caracterizada por uma sociedade globalizada, plural e violenta constata-se que o número de homicídios está em crescimento¹⁵⁷ enquanto a carência de soldados preparados também mantém-se cada vez mais percebida.

Alguns soldados, quando permitidos, optam pelo serviço interno (administrativo), por temerem a vivência das experiências de conflitos ou até por terem vivenciado em algum tempo atrás um trauma submetido durante o patrulhamento realizado dentro do quadro de trabalho. Por outro lado, outros preferem a abordagem ostensiva por se considerarem movidos pela adrenalina resultante de situações de conflito. Em ambos os casos deve-se pressupor na corporação uma estrutura (curso e abordagens regulares) que consiga identificar melhor as causas e motivações que conduzem policiais a temerem ou enfrentarem a morte.

O objetivo da pesquisa não é, obviamente, a crítica pela crítica, mas, focar na formação desse soldado que integra o quadro de policiamento atual, a fim de que textos como este possam contribuir para o melhor preparo do principal capital da corporação, que é o capital humano. Considerando-se os riscos de limitar-se o preparo do policial militar pela não inclusão de um processo de formação pouco humanizado, ratifica-se a necessidade de que o currículo do CFSd da PMES amplie sua perspectiva interdisciplinar contemplando as reflexões que dão conta dos aspectos existenciais do profissional de segurança pública.

As especificidades apontadas no cuidado com o corpo estão presentes e inseridas no processo de formação de soldados conforme prescrição nas disciplinas Defesa Pessoal (Eixo III) e Educação Física (Eixo IV). Percebe-se, portanto que, a carga horária do curso não somente objetiva a formação de soldados combatentes, mas, preocupa-se, ainda que em menor escala com a formação de profissionais que consigam humanizar sua prática profissional, contribuir não apenas com a segurança física e patrimonial da sociedade, mas, também, com o equilíbrio integral do ser humano no contexto da sociedade.

O compreender e o saber acerca da vida em sua plenitude e da reflexão sobre morte, que está diretamente inserida na rotina do policial, não tem um caráter emergente na preparação e formação de um soldado da polícia militar à luz do ementário. Traçar novas diretrizes para a construção de um novo currículo deve estar em conferência com prioridades, prevenção e mediação de conflitos. Faz parte da dinâmica pedagógica a constante avaliação do currículo: monitora-se as práticas que envolvem a implementação desse currículo, a

¹⁵⁷ CARIELLO, G.; GRILLO, M. *Em 15 anos, Brasil matou uma pessoa a cada dez minutos*. 1995-2019. Disponível em: <<https://tinyurl.com/y2c7tlek>>. Acesso em: 20 mar. 2019.

narrativa ou discurso dos instrutores e monitores, a maneira como prepara os seus soldados, para que o processo de formação não resulte apenas num soldado combatente, mas um ser pensante, reflexivo e atuante na sociedade, independente dos desafios com o qual se depara.

É possível observar a abrangência do serviço do policial militar. O significado de ser policial e a atividade específica ligada à segurança pública são características que o diferencia das outras categorias profissionais que fazem uso da coação física. Mas, a força policial é um recurso aplicável em circunstâncias, quando necessária. É um recurso que não pode, e não deve ser utilizada como objeto de negociações entre quem exerce e a quem ela é aplicada. Segundo Torres, sempre haverá a necessidade de explorar as relações entre educação, política e poder, e quanto à necessidade de compreensão dos dilemas educacionais sobre o tempo, desigualdade que tão costumeiramente está inserido no meio social, estes serão solucionados, com o diálogo e a reflexão.¹⁵⁸

Sugere-se objetivando o êxito em desafios ocupacionais a adoção, no âmbito ocupacional, de um enfoque orientado à solução de problemas particulares com os quais a polícia confronta. Dentro do processo de formação e das atividades policiais, o currículo pode constituir-se com potencial ou dotado de recursos para fomentar a capacidade reflexiva, crítica e do pensar junto com as demais formações técnicas que a profissão demanda. Num contexto geral, espera-se como resultado do processo de formação policiais preparados psiquicamente para o desempenho da segurança pública, importante braço do Estado em sua função social, nesse sentido, torna-se desafiadora a criação de uma polícia cidadã e civil.¹⁵⁹

O currículo enquanto alvo de estudos constitui-se um campo aberto e em movimento para provocar reflexões e discussões, haja vista estarmos incluídos numa sociedade estabelecida no século XXI, historicamente marcada por fragmentos de classe, gênero, preconceitos raciais, dentre tantas outras questões levantadas ao longo da história. As prescrições na concepção curricular estão estreitamente ligadas às estruturas de poder e de governo. Entretanto, urge a necessidade de se pensar a formação dos soldados para além dessas estruturas de poder e das abordagens autoritárias, flagrantemente resultantes da manutenção de tradições que não conseguem mais dar conta das demandas que surgem com os novos perfis geracionais. No que respeita ao currículo, há de se prestar atenção às novas perspectivas e compreensões de áreas como a educação, a psicologia, a filosofia, a religião e a

¹⁵⁸ TORRES, C. A. *Democracia, educação e multiculturalismo: dilemas da cidadania em um mundo globalizado*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001. p. 170.

¹⁵⁹ BRASIL, 2004, p. 160.

antropologia. Compreender o ser humano em seus novos contextos é de vital importância para que se pense um currículo que melhor prepare os soldados militares.

As relações entre democracia, vida, morte, poder e educação estão imbricadas na estrutura curricular. A temática interdisciplinar corrobora para o ensino e a aprendizagem do policial, preparando-o para viver e cumprir sua missão nesta árdua profissão, levando em consideração a humanização do profissional.¹⁶⁰

Nos últimos tempos os conflitos entre diversificados grupos, etnias, raças, culturas, poder aquisitivo, dentre outros, tem sido resultante de divergências de pensamentos e idealizações, que por vezes não se adequam aos próprios grupos criados na atual sociedade, plural e diversificada.

Essa realidade é marcada por preconceitos e pela violência, gerando o desequilíbrio entre as partes conflitantes, justificando essa abordagem pela atividade do policial militar e a vida que compreende o bem-estar, saúde e equilíbrio, se tratando de poderes, de ordem, de vida e também de morte. Realidade vivida por parte do próprio policial em seu trabalho, e pelos próprios riscos que a falta de preparo pode o expor.

O CFSd-ES, como institucionalidade, confere titulações legítimas, representando o quão apto para a atividade policial está o recém-formado soldado. Nessas escolas, o estilo militar de administração e contemplação curricular é baseado em regras e contenções que são fundamentados na ordem e na disciplina. Para os militares que se adequam no posto de instrutores, os quais atuam diretamente na formação de novos policiais, de fato é essencial à observação dos diferentes cenários que se apresentam ao longo dos tempos, estes, advindos de mudanças ideológicas e operacionais no que tange às muitas implicações nos desafios enfrentados ao policial, comprometendo ou não o seu desempenho.

Apesar dos conflitos existirem, o policial necessita manter-se preparado para todo tipo de adversidade, pois convive com os mais diferentes indivíduos e situações, onde suas atividades incluem responsabilidades psíquicas que devem ser trabalhadas no CFSd, pois é na formação que “os policiais operadores da política de segurança pública deverão conhecer e compreender a natureza dos dissensos vividos no contexto societário para saber intermediar os consensos possíveis”.¹⁶¹ Dessa forma, compreender os comportamentos e as emoções, ter noção de um bem viver e os processos que compreendem a finitude é um fator determinante no currículo que prepara a formação do policial que trabalha em meio à sociedade.

¹⁶⁰ BRASIL, 2004, p. 144.

¹⁶¹ BRASIL, 2004, p. 159.

A construção de uma proposta que agregue valor ao Curso de Formação de Soldados da PMES, necessariamente passa por enfoques filosóficos, tais como o proposto por Heidegger, ao analisar conceitos básicos como o “Dasein”, o ser humano em seu modo de existir. Essa perspectiva existencialista é importante para se compreender que a morte é uma questão de sentido, que passa pela sacralização da vida, sem a qual ninguém conseguiria se estruturar psicologicamente de forma saudável no mundo. Tal abordagem é, portanto, a possibilidade de um novo olhar sobre a morte. Heidegger sugere que dar sentido à morte implica em se preservar a vida. Também Ferry, que coloca o sentido da vida no nível do sacrifício, do amor, sem os quais se banaliza a vida. Essa espiritualidade laica, no dizer de Ferry, é fundamental para a preservação da vida.

Essa é a contribuição que pode ser privilegiada pelo currículo no curso de formação do policial militar contemplando a compreensão das diferenças, do poder, da força, do posicionamento do militar frente às desigualdades, da proteção, da cidadania, dos primeiros socorros, mas principalmente preparando-o ao enfrentamento de si mesmo, tornando-o maduro e entendedor do bem viver e do morrer com sabedoria, maduro nas questões psicológicas e emocionais, educando-o para as adversidades bem como as perdas vividas no seu cotidiano.

Um currículo interdisciplinar crítico, que enfatize a mudança e reorganização social, e que ouça os pontos de vista, as vivências das categorias oprimidas, as pessoas da classe operária, bem como os traumas vividos pela população como parâmetro primordial.¹⁶² Estabelecer um currículo, à luz dos pensamentos filosóficos, e das compreensões psicológicas do ser humano, significaria um passo importantíssimo no sentido de preparar o futuro dos soldados da Polícia Militar ao iniciarem uma carreira de 30 anos de serviço.

O policial valorizado na formação de soldados é aquele que contextualiza suas ações, respeita e acolhe a diversidade de ideias, o que lida com o inesperado, o que se adapta ao trabalho de equipe, o que possui um bem viver, o que enfrenta com sabedoria as discussões que envolvem as diferenças, o que coloca a ética e o bom senso em lugar de destaque e principalmente aquele que sabe administrar sentimentos de perda, de luto, sobretudo compreendendo que tais fatos fazem parte do ciclo da existência humana. Se esse é o perfil de um bom policial militar, ele precisa ser preparado para exercer tal função, ao atuar com possibilidades de acertos, em realidades para o qual naquele serviço foi destinado. Portanto,

¹⁶² BRASIL, 2004, p. 156.

tanto num bairro nobre como num bairro de classe baixa, ele precisa estar pronto física e mentalmente para vivenciar situações cujas realidades se apresentam de formas desiguais.

No que concerne à morte e à vida, uma relação tão ambígua, e ao mesmo tempo tão próxima - da qual a todos afetará naturalmente, pois em se tratando de seres humanos - são questões que não se apresentam de forma atenciosa no curso de formação do soldado ingressante. Falta uma disciplina complementar ou conteúdo numa determinada disciplina que lide com traumas, vida/morte e relações de perda, pois antes de tudo, o policial é um ser humano, com emoções e sentimentos. Assim, tratar dos assuntos referidos nesta presente pesquisa, que estão ligados à vida, com perspectivas e reflexões acerca dos conceitos de morte, se faz essencial para que esse profissional sobreviva aos 30 anos de atividade laboral de forma física e psicológica saudável e essencialmente plena. Por fim, faz-se fundamental a reformulação dos conteúdos e condutas na preparação do policial enquanto ser humano atuante numa sociedade plural, diversificada e em constante movimento.



CONCLUSÃO

Sem a pretensão de esgotar o assunto e no intuito de se ampliar as pesquisas, o presente estudo analisa a morte na perspectiva da Matriz Curricular do Curso de Formação de Soldados da Polícia Militar do Espírito Santo, além de investigar a influência que esta exerce na vida dos referidos policiais.

O risco é um fator presente na profissão do militar, pois as atividades que envolvem esta são compostas de ordem, força e disciplina. Para tal, o risco não se configura como um elemento que desacompanha o cotidiano da profissão.

Assim, concebe-se o risco de duas formas: epidemiológico e social. O primeiro está vinculado a lesões, mortes; o segundo liga-se à intrepidez e escolhas de como devem se posicionar ao confronto. Portanto, este pode ser visto como uma ameaça, pois o trabalho do policial se faz às vistas do povo para a proteção e ordem do bem comum.

Dessa forma, o perfil que se pretende ocupar nas fileiras militares é: competência, obediência às leis e proteção do indivíduo, ou seja, um salvaguarda do Estado. E como toda a profissão que compreende a ordem e o dever pela legitimidade de uma proteção maior, esta é inerente à força que por sua vez, ligada ao risco, podendo ser de morte, quando alcançado na condição de finitude humana.

Surge a preocupação então com a classe do policial militar que precisa lidar com seus pensamentos, mente, sentimentos e emoções, muitas vezes conflitantes com seus sonhos, memórias e perspectivas do futuro ao se adequarem aos contextos cultural, político e religioso em que estão imersos. Nesse afã do cumprimento da missão ou na proteção dela, seja no trabalho, na família ou na sociedade o confronto é exercido em suas mentes de forma a importunarem-se quanto ao sentido da vida.

Esse policial se vê imergido em uma sociedade moderna e plural, porém as questões que cercam sua existência são entrelaçadas a outras antigas pelas quais são recorrentes em suas mentes, como a existência humana, violência, finitude, incertezas, escolhas, dentre outras que pela condição muitas vezes de estresse psicológico vem o angustiar.

Desta forma foi levantado através do Currículo de Formação de Soldados da PMES as disciplinas que preparam esse profissional, a estruturação proveniente das bases fundamentais da construção do policial militar.

Coube uma análise acerca da investigação do tema aqui levantado, no qual foi encontrada uma lacuna na preparação deste profissional que se dá no curso de Formação de Soldados da Polícia Militar do Espírito Santo. Providências cabíveis precisam ser

compreendidas na proporção que uma direção inovadora buscará através de iniciativas pioneiras à solução do cerne do problema aqui apresentado.

Urge proporcionar uma formação multifacetada onde as disciplinas preparatórias estão em constante diálogo, favorecendo os dois eixos tratados nesta pesquisa que se concentram no processo de formação do Polícia Militar e como se constitui esse processo de formação de modo que este profissional esteja apto para a desenvoltura no trabalho.

Através dos eixos mencionados, as categorias de análise se deram fundamentadas no planejamento pedagógico e multidisciplinar, nas estratégias que o Curso de Formação de Soldados impetra e por último no conhecimento sobre a vida e a morte na perspectiva de um viver pleno, bem vivido para que este possa ser concebido para o crescimento do ser humano, pois bem se sabe que a finitude humana é uma condição intrínseca à experiência do existir.

Na reflexão na qual se insere esta pesquisa, buscou-se analisar a morte no âmbito educacional, no que concerne a inclusão de um estudo interdisciplinar nas estruturas organizacionais de ensino do Currículo base do Curso de Formação de Soldados da PMES.

Esta proposta de inserção é por acreditar que a educação forma pessoas pensantes, cidadãos desenvolvidos psicologicamente tendo suas mentes em constante evolução, mudanças relativas às formas de pensar através das suas próprias vivências.

Não foi tratado nesse estudo a criação de uma disciplina especializada à educação para a morte, mas da inclusão de temas sobre uma vida bem vivida e uma preparação sobre como lidar com a finitude e o evento morte, juntamente com uma reflexão sobre as possibilidades de diálogo entre as disciplinas existentes na grade curricular.

Uma característica que foi ventilada se referencia ao tema contemplado neste estudo é relacionada ao educador para com o educando. Sua vida, seu proceder, seu psicológico precisa condizer ao objetivo de formar antes de tudo seres humanos, homens valorosos com posicionamentos ideológicos e cheios de sonhos e perspectivas de vida e destes, partir para formar cidadãos profissionais conscientes de seus deveres e direitos, críticos, seguros e confiantes no porvir.

Para um entendimento pedagógico e posterior análise curricular, a contextualização histórica acerca da formação dos soldados se faz presente como momento decisivo na estruturação da instituição, apresentando aqui na história de como se deu o surgimento e arregimentação da Polícia Militar.

Cabe uma reflexão acerca da religião que se apresentou neste estudo como relevante conciliadora no pensamento da vida plena. A perspectiva religiosa cristã tem a vida como um

fenômeno sagrado, onde anuncia o Evangelho da vida. A religião reconforta, confirma a ligação com o sentido, com o sagrado, com a experiência com o transcendente.

O que se sugere na conclusão deste estudo se faz por um meio reflexivo sobre a morte e a vida plena, tendo os conceitos supracitados parte de um referencial significativo nos cursos preparatórios para o ingresso da Polícia Militar, pois cada profissional da polícia enfrenta no seu trabalho, um risco iminente diário com a morte, tanto a sua como a do próximo.

A formação do policial militar se inicia quando ele escolhe em ser um policial. O que consolida, a saber, são os conteúdos aplicados na escola a respeito da existência, do bem viver e morte, os quais podem ser adaptados na perspectiva do policial militar, possibilitando um aprofundamento claro e objetivo preparado para o soldado da PMES.

A morte se apresenta como toda limitação física, biológica, mental, e psíquica do ser humano na sua existência. Doenças, enfermidades e medos facilitam o “encontro” e o conhecimento da morte como fenômeno, com suas formas previstas e importunas.

Todavia, a morte pode ser diferente do sentido negativo da qual se apresenta. Inúmeras e diversas perguntas formam a compreensão da essência do tema da morte, saber reconhecê-la e prepará-la para esse acontecimento, eleva e transcende a um nível que o mundo material não sabe explicar.

Se dermos um sentido à morte podemos até compreendê-la, como Francisco de Assis expressava em seu Cântico das Criaturas: “louvado seja, ó meu Senhor, por nossa irmã a morte corporal, a qual nenhum homem vivente pode escapar”.¹⁶³

Entender a morte como forma plena de uma vida, bem vivida, propicia um bem e paz de espírito, onde o corpo sofre, padece, contudo, a alma descansa sempre em uma serenidade.

O morrer é uma questão biológica, e encarar a morte se faz através de uma questão cultural e espiritual. O olhar para a morte vem de diversos fatores, um desses está intimamente ligado à questão histórico-cultural.

Como citou Heidegger, a morte plenifica nossa existência, e ser um ser- para- a- morte é reconhecer que a mesma faz parte de nossa realidade autêntica.

É preciso viver a angústia, e compreendê-la faz o ser humano alcançar a liberdade do existir, pois viver para a morte seria vislumbrar uma vida mais feliz e autêntica.

¹⁶³ Cântico das Criaturas ou Cântico do Irmão Sol é uma canção religiosa Cristã escrita por Francisco de Assis, cuja letra é uma afirmação da sua teologia pessoal. Francisco de Assis compôs a maior parte do cântico no fim de 1224, enquanto se recuperava de uma grave doença, e foi cantado por dois de seus companheiros, Angelo e Leo, em 1226, no seu leito de morte. Disponível em: <<https://tinyurl.com/yxon99lv>>. Acesso em: 22. out. 2019.

O homem foge da morte e procura esquecê-la, negligenciá-la, entregando-se a preocupações cotidianas e corriqueiras, porém um dia esse evento chegará para todos, quer aceitando ou não, quer estejamos preparados ou não.

Portanto, sejamos sábios, pois o que se precisa é estarmos em paz e viver uma vida boa e plena, para alcançarmos uma morte plena e serena.



REFERÊNCIAS

ADORNO, S. Monopólio estatal da violência e na sociedade brasileira contemporânea. In: ADORNO, S. & PERALVA, A. Nota de apresentação. *Tempo Social - Revista de Sociologia da USP*, v.9, n.1, p. 1-4, 1997.

ALEGRETTI, R. *Estudo dos efeitos de programa de apoio na agressividade reacional de policiais envolvidos em ocorrências graves*. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Psicologia e Fonoaudiologia, Universidade Metodista de São Paulo, São Bernardo do Campo, 2006. Disponível em: <<https://tinyurl.com/y6o4n6nj>>. Acesso em: 25 mar. 2018.

ARIÈS, P. A Morte domada. In: ARIÈS, Philipe. *O homem perante a morte*. 2. ed. Porto: Publicações Europa- América, 2000. (Coleção Biblioteca Universitária).

ASSIS Francisco de. *Cântico das Criaturas*. Disponível em:<<https://tinyurl.com/yxon99lv>>. Acesso em: 22. Out.2019.

BECKER, E. *A negação da morte*. 3 ed. Trad. Luiz C. do Nascimento. Rio de Janeiro: Record, 2007.

BIRMAN, J. *O Sujeito na contemporaneidade: Espaço, dor e desalento na atualidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

BOBBIO, N. *Dicionário de Política*. 5. ed. Brasília: Editora da Universidade de Brasília: São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2000.

BOFF, L. *Vida para além da morte: o presente: seu futuro, sua festa, sua contestação*. 26 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

BRASIL, G. M. Formação e Inteligência Policial: desafios à Política Pública de Segurança. In: *O Público e o Privado*, n.4, jul- dez. 2004. Disponível em: <<https://tinyurl.com/y3mjrmkk>>. Acesso em: 15 ago. 2019.

CARIELLO, G.; GRILLO, M. *Em 15 anos, Brasil matou uma pessoa a cada dez minutos*. 1995-2019. Disponível em: <<https://tinyurl.com/y2c7tlek>>. Acesso em: 20 mar. 2019.

CATHALA, F. *Polícia, Mito e Realidade*. Trad. João Milanez de Cunha Lima. São Paulo: Ed. Mestre Jou, 1975.

CERQUEIRA, C. M. N. *Discursos Sediciosos: crime, direito, sociedade*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1996.

DEMO, P. *Metodologia do conhecimento científico*. São Paulo: Atlas, 2000.

DIAS NETO, T. *Policiamento comunitário e controle sobre a polícia: a experiência norte americana*. São Paulo: IBCCRIM, 2000.

ELIADE, M. *Origens: história e sentido na religião*. Lisboa: Edições 70. 1989.

ESPÍRITO SANTO (Estado). Polícia Militar. *História*. 2015-2019. Disponível em: <<https://tinyurl.com/y2w424bz>>. Acesso em: 24 maio 2018.

ESPÍRITO SANTO (Estado). *Policia Militar. Curso de Formação – PMES*. Vitoria, [2014]. Documento interno disponibilizado durante a pesquisa. (EMENTA).

FERRY. L. *O Homem Deus ou o sentido da vida*. 2. ed. Rio de Janeiro: DIFEL: Bertrand Brasil, 2007.

FERRY. L. *Aprender a viver, filosofia para os novos tempos*, Trad. Vera Lúcia dos Reis, 2. ed. Rio de Janeiro: Objetiva, 2010.

FERRY. L. *A revolução do amor: por uma espiritualidade laica*. São Paulo: Objetiva, 2012.

FREUD, S. *O Mal-estar na Civilização*. Trad. de José Octávio de Aguiar Abreu. Rio de Janeiro: Imago, 1997.

GIL, A. C. *Como elaborar projetos de pesquisa*. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GOMES, R. et al. Organização, processamento, análise e interpretação de dados: o desafio da triangulação. In: MINAYO, M. C. S.; ASSIS, S. G. & SOUZA, E. R. (Org.). *Avaliação por Triangulação de Métodos: abordagem de programas sociais*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2005.

HEIDEGGER, M. *Ensaio e Conferências*. Trad. Emmanuel Carneiro Leão. Petrópolis: Vozes, 2001.

HEIDEGGER, M. *Ser e tempo*. Campinas, SP: Ed. da Unicamp; Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

HEIDEGGER, M. *Sobre o humanismo*. Trad. Emmanuel Carneiro Leão. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1967.

KAHN, T. Índices de criminalidade: construção e uso na área de segurança pública. *Revista Ilanud*, 2:21-28, 1997. p. 89.

KASTENBAUM, R.; AISENBERG, R. *Psicologia da morte*. São Paulo: USP, 1983.

KLIMT, G. *Morte e Vida*, 1911, óleo sobre tela. Disponível em: <<https://tinyurl.com/y3agd8pu>>. Acesso em: 19 maio 2019.

KOVÁCS, M. J. Desenvolvimento da Tanatologia: estudos sobre a morte e o morrer. *Paidéia*, v. 18, n. 1, p. 457-468, 2008. Disponível em: <<https://tinyurl.com/y269jnvf>>. Acesso em: 4 set. 2018.

KREIDLOW, D. A morte somente pertence a Deus? Uma análise ético-teológica sobre a eutanásia. In: NOÉ, S. V. (Org.). *Espiritualidade: da cura d'alma ao cuidado integral*. 2. ed. São Leopoldo: Sinodal/EST, 2005.

KUBLER-ROSS, E. *Sobre a morte e o morrer*. São Paulo: Martins Fontes, 1981.

KUBLER-ROSS, E. *Morte: Estágio Final da Evolução*. Rio de Janeiro: Record, 1996.

LELOUP. J. Y. *Além da luz e da sombra: sobre o viver, o morrer e o ser*. Trad. Pierre Weill, Regina Fittipaldi. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

LUDWIG, A. C. W. *Democracia e ensino militar*. São Paulo: Cortez, 1998.

MARTINELLI, L. (Org.). *Pesquisa qualitativa: um instigante desafio*. São Paulo: Veras, 1999.

MICELI, S. (Org.). *O que ler na Ciência Social brasileira*. São Paulo: Sumaré, 2002. V.4.

MINAYO, M. C. S.; SOUZA, E. R. & CONSTANTINO, P. Riscos percebidos e vitimização de policiais civis e militares na (in)segurança pública. *Cadernos de Saúde Pública*, v. 23, n.11, p. 2.767-2.779, nov. 2007. Disponível em: <<https://tinyurl.com/y53kewdz>>. Acesso em: 20 abr. 2019.

MINAYO, M. C. S. et al. *Estudo Comparativo entre a Polícia Civil e a Polícia Militar do Estado do RJ quanto à Concepção e à Administração Individual e Coletiva de Riscos Profissionais, de Segurança Pessoal e de Saúde Ocupacional*. Brasília: Senasp, 2007.

MONJARDET, D. *O que faz a polícia: Sociologia da Força Pública*. São Paulo: Ed. EDUSP: Núcleo de Estudos da Violência da Universidade de São Paulo: Fundação Ford, 2003. (Polícia e Sociedade). Disponível em: <<https://tinyurl.com/y3o4b7cc>>. Acesso em: 28 mar. 2018.

MONTEIRO, R. D. M. (Org). *Espiritualidade e finitude: aspectos psicológicos*. São Paulo: Paulus, 2006.

MOREIRA, F. H. et al. De elemento à cidadão: transformações no cotidiano do trabalho do policial militar. *Cadernos de Psicologia Social do Trabalho*, v. 2, n.1, p. 25-38, 1999. Disponível em: <<https://tinyurl.com/y5l3fuo7>>. Acesso em: 27 mar. 2018.

MOREIRA, C. N.; CORRÊA, M. V. *Manual de Prática Policial*. Belo Horizonte, 2001.

MUNIZ, J. *Ser Policial é Ser Sobretudo uma Razão de Ser: cultura e cotidiano da Polícia Militar do Rio de Janeiro*. 1999. Tese (Doutorado) - Instituto Universitário de Pesquisa do Rio de Janeiro, Universidade Cândido Mendes, Rio de Janeiro (RJ), 1999.

MUNIZ, J. & SOARES, B. M. *Mapeamento da Vitimização de Policiais no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Iser, Unesco, Ministério da Justiça, 1998. (Relatório de Pesquisa).

OLIVA, L. C. *A Existência e a morte*. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2012.

OLIVEIRA, C. B; PINTO, R. N. Envelhecimento, exclusão e morte: resenha do livro A solidão dos moribundos de Norbert Elias. *Revista da Universidade Federal de Goiás*, Goiás, ano 5, v. 2, 2003. p. 40-41.

OSSE, A. *Entendendo a Polícia: um guia para ativistas de Direitos Humanos*. Amnesty International Nederland, 2006. Disponível em: <<https://tinyurl.com/y2d6mvp2>>. Acesso em: 18 ago. 2019.

POLÍCIA MILITAR DO ESPÍRITO SANTO. Brasão. Disponível em: <<https://tinyurl.com/yyq2xy6h>>. Acesso em: 22. Out. 2019.

PRADO, C. E. P. do. Estresse ocupacional: causas e consequências. *Revista Brasileira de Medicina do Trabalho*, v. 14, n. 3, p. 285-289, 2016. Disponível em: <<https://tinyurl.com/y4f4nkkj>>. Acesso em: 19 mar. 2018.

ROCHA, A. S. *Revelação e vulnerabilidade: caminhos para uma hermenêutica da revelação a partir da presença-ausência*. 2015. 250 p. Tese (Doutorado) – Departamento de Teologia, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 2015.

ROCHA, A. S. O Deus que vem a nós: reflexões hermenêutico-teológicas da revelação desde cima e desde baixo. *Horizonte*, Belo Horizonte, v. 15, n. 47, p. 974-996, jul./set. 2017.

ROCHA, A. S. Entre o dizer e o não-dizer: por uma epistemologia da revelação nos limites da linguagem. *Teoliterária*, v. 8, n. 15, p. 92-121, 2018. Disponível em: <<https://tinyurl.com/y3mqgjlj>>. Acesso em: 5 maio 2019.

RODRIGUES, J. C. *Tabu da morte*. Rio de Janeiro: Achiamé, 1983.

SANTOS, F. Conceitos de morte. In: SANTOS, F. S; INCONTRI, D. (Org.). *A arte de morrer: visões plurais*. São Paulo: Comenius, 2009. v.1.

SAUL, A. M. *Avaliação emancipatória: desafio à teoria e à prática da avaliação e reformulação de currículo*. São Paulo: Cortez, 1988.

SÊNECA. *Edificar-se para a morte*. Das cartas morais à Lucílio. Petrópolis: Vozes, 2016.

SEVERINO, A. J. *Metodologia do Trabalho Científico*. 22. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

SCHOPENHAUER, A. *Sobre a morte: Pensamentos e conclusões sobre as últimas coisas*. Org. de Ernst Ziegler. São Paulo: Martins Fontes, 2013.

SCHUMACHER, N. B. *Confrontos com a morte: a Filosofia Contemporânea e a questão da Morte*. Trad. Lúcia Pereira de Souza. São Paulo: Loyola, 2009.

SILVA, M. B; VIEIRA, S.B. O processo de trabalho do militar Estadual e a saúde mental. *Saúde e Sociedade*, São Paulo, v.17, n.4, p. 161-170, 2008. Disponível em: <<https://tinyurl.com/yym8kju5>>. Acesso em: 29 mar. 2018.

SOUZA, W. A biotecnociência diante da morte: a Sagrada vulnerabilidade humana. *Atualidade Teológica: Revista do Departamento de Teologia da PUC*, Rio de Janeiro, ano 16, n. 42, set./dez. 2012.

SOUZA, E. R. & MINAYO, M. C. S. Policial, risco como profissão: morbimortalidade vinculada ao trabalho. *Ciência & Saúde Coletiva*, v.10, n. 4, p. 917-928, 2005.

TORRES, C. A. *Democracia, educação e multiculturalismo: dilemas da cidadania em um mundo globalizado*. Petrópolis: Vozes, 2001.

TORRES, W. C. A Bioética e a psicologia da saúde: reflexões sobre questões de vida e morte. *Psicol. Reflex. Crit.* Porto Alegre, v.16, n.3, 2003. Disponível em: <<https://tinyurl.com/yxm27gag>>. Acesso em: 21 ago. 2017.

VIOLANTI, J. M. Padrões de estresse no trabalho policial. In: *Revista Policial do Estado do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, 1993.

VIORST, J. *Perdas necessárias*. Trad. de Aulyde Soares Rodrigues. 4. ed. São Paulo: Melhoramentos, 2005.

ANEXO

Termo de declaração



Faculdade Unida de Vitória
 Recredenciamento Portaria MEC nº 918 de 17/08/2016
 DOU de 18/08/2016



Vitória/ES, 19 de outubro de 2018.



O Coordenador do curso de Mestrado Profissional em Ciências das Religiões da Faculdade Unida de Vitória, no uso de suas atribuições regimentais, vem por meio desta apresentar o(a) aluno(a) **Ana Lúcia Neves do Nascimento** portador(a) do CPF 669.593.736-20, e regularmente matriculado(a) nesta Instituição de Ensino Superior, neste semestre, sob o número de matrícula 3612, no curso de Mestrado Profissional em Ciências das Religiões.

O(a) aluno(a) é orientando(a) do Professor(a) Dr(a). **Abdruschin Schaeffer Rocha** e sua pesquisa tem como tema: "Educação para a morte: uma análise da morte como componente curricular no curso de formação de soldados da polícia militar do Estado do Espírito Santo". O trabalho se presta a fins acadêmicos.



Osvardo Luiz Ribeiro
 Coordenador do curso de Mestrado
 Profissional em Ciências das Religiões